



**(Sociedade Aberta)**

# **RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2005**

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

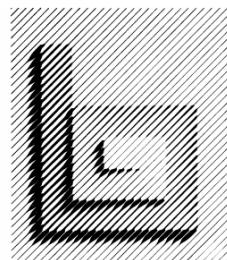
MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O N° 2 184

PESSOA COLECTIVA N° 500 166 587

GRAFILIS 

 **naveprinter**  
indústria gráfica do norte, s.a.

  
**GESTIGRÁFICA**  
ARTES GRÁFICAS, SA



# lisgráfica

**IMPRESSÃO  
E ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Casal de Santa Leopoldina  
2730-053 BARCARENA

Capital Social: 20.000.000 €  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial  
de Cascais sob o n.º 2184

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

 **grafedisport**

## **ORGÃOS SOCIAIS**

*Mandato 2003 - 2006*

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente: João António Moraes Leitão

Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos

Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: António Pedro Marques Patrocínio

Vogais: José Luis André Lavrador

José Pedro Franco Brás Monteiro

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente: António de Almeida

Vogais: Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por

Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

## **RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

### **EXERCÍCIO DE 2005**

Nos termos da Lei, designadamente do que está contido no Art. 508º-A do Código do Mercado de Valores Mobiliários e tendo em conta o disposto no Dec-Lei 238/91, de 2 de Julho, modificado pelo Dec-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, submetemos à apreciação de V. Ex<sup>as</sup> o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada reportados a 31 de Dezembro de 2005.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas segundo as disposições do normativo contabilístico vigentes em Portugal (POC e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de relato Financeiro efectivas para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2005. Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeita à actividade e resultados das Empresas do Grupo durante o exercício de 2005.

#### **1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DO GRUPO**

##### **1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA**

Ainda que registando uma ligeira desaceleração face a 2004, em que o PIB denotara uma subida de 5,1%, a economia mundial continuou a cimentar um crescimento forte com crescimento de 4,3%, manifestando uma distribuição mais equilibrada, com registos elevados nas principais áreas económicas, sobressaindo o desempenho muito positivo das economias emergentes.

Depois de um registo de 4,2% no ano transacto, o PIB dos EUA cresceu 3,5% em termos reais no exercício de 2005.

A actividade económica beneficiou de um forte dinamismo do mercado imobiliário, tendo-se observado uma subida média de 12% nos respectivos preços, sendo que o efeito de arrastamento deste fenómeno desencadeou um crescimento significativo do consumo privado, de 3,6% e, por arrastamento, também do investimento produtivo que registou um incremento à volta de 10,8%.

A variação do produto em torno do potencial de crescimento da economia traduziu-se, entretanto, numa recuperação do mercado de trabalho e numa elevada utilização dos recursos factores que, conjugados com a evolução em alta dos preços dos bens energéticos, determinaram uma tendência de subida da inflação ao longo do ano, com a variação média dos preços a subir de 2,6% para 3,4% em 2005.

Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu em 2005 o ciclo da subida dos juros de referência iniciado no Verão de 2004, elevando a *target rate* em 200 pontos base, para 4,25%.

O forte desempenho da procura interna determinou, por seu turno, um agravamento do défice externo, que terá subido de 6% para 6,4% do PIB.

Os investidores externos continuaram, no entanto, a mostrar disponibilidade para financiar o défice corrente norte-americano, tendo-se verificado uma apreciação do dólar relativamente às principais divisas, em particular o euro, a libra, o iene e o franco suíço. O euro registou uma depreciação de 12,7% face ao dólar, fixando-se no fim do ano numa cotação EUR/USD 1.183.

No que aos mercados accionistas respeita, a tendência de subida dos juros de referência para próximo do seu nível neutral contribuiu para um desempenho menos positivo ilustrado pela evolução dos índices Nasdaq e S&P500 que subiram cerca de 1,4% e 3%, respectivamente, enquanto o Dow Jones caiu 0,6%.

A América Latina continuou a aproveitar uma conjuntura favorável dos mercados das matérias-primas e uma procura externa forte, beneficiando, em particular, do dinamismo da China e de outras economias asiáticas.

Na Ásia, a actividade económica manteve-se suportada pelo forte crescimento da China, com o respectivo PIB a registar uma variação real de 9,4%, muito próximo do registo de 2004, em que cresceria 9,5%. O sector exportador constituiu-se como o principal motor do crescimento, tendo as exportações crescido cerca de 28%, a partir de uma expansão da produção industrial de cerca de 13%.

No Japão, o ano de 2005 ficou marcado por uma tendência de aceleração dos preços e por uma retoma baseada na procura externa, bem como no consumo privado e investimento, sugerindo o fim próximo de um ciclo de cerca de dez anos caracterizado pela deflação e por um fraco crescimento da actividade. Neste contexto, o Nikkei valorizou-se em cerca de 40%.

Na Zona Euro verificou-se, na segunda metade do ano uma recuperação dos principais índices de confiança empresarial e uma leve aceleração da actividade económica, depois de um primeiro semestre marcado por uma evolução negativa do sentimento económico, no contexto da rejeição do projecto da Constituição Europeia e da não aprovação do Orçamento Comunitário para o período 2007/2013.

Para esta evolução favorável terão concorrido o impacto positivo, sobre as exportações, da depreciação do euro e do forte crescimento das economias dos EUA e Ásia, para além do forte crescimento das receitas dos países exportadores de petróleo, parcialmente direcionadas para a procura de bens produzidos na Zona Euro.

Em paralelo, a generalidade das empresas manteve-se focada nos objectivos de contenção de custos e de obtenção de ganhos de produtividade, em função do ambiente crescentemente competitivo a nível internacional.

Apesar da recuperação observada no 2º semestre, no conjunto do ano o PIB da Zona Euro cresceu apenas 1,4%, após um registo de 1,8% em 2004.

Em matéria de emprego, embora descendo de 8,8% para 8,3% da população activa, a taxa de desemprego manteve-se alta na Zona Euro, sustentando um ambiente de moderação salarial.

Este clima manteve a inflação relativamente controlada, não obstante a pressão em alta exercida pelos preços dos produtos energéticos; a taxa de inflação média anual subiu de 2,1% para 2,2%.

Num quadro de recuperação da actividade económica e com a inflação acima do objectivo de 2%, consistente com a sua definição de estabilidade de preços, o BCE iniciou em Dezembro um novo ciclo de subida dos juros de referência, elevando a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 25 pontos base, para 2,25%.

A conjuntura de liquidez criada pela política de baixos juros traduziu-se, por seu turno, em valorizações expressivas de activos financeiros e imobiliários. Na Europa, os índices accionistas CAC 40 de Paris, Dax de Frankfurt e IBEX 35 valorizaram-se em 23,4%, 27,1% e 18,2%, respectivamente, enquanto que os preços do imobiliário registaram variações acima dos 10% em economias como a Espanha, França e Itália.

A economia portuguesa registou novo abrandamento, face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a descer de 1,2% para 0,3%, sugerindo um ambiente técnico de estagnação. A desaceleração da actividade decorreu, fundamentalmente, do menor dinamismo verificado em todas as componentes da procura interna, na medida em que se assistiu a um ligeiro aumento do contributo da procura externa líquida.

O consumo privado registou um crescimento real em torno de 2%, em desaceleração face ao incremento de 2,4% observado em 2004, mas ainda claramente acima do crescimento global da actividade. A expansão do consumo deverá ter acompanhado o aumento do rendimento disponível, devendo a taxa de poupança das famílias ter verificado uma tendência de estabilização em torno de 10% do rendimento disponível, após uma queda significativa observada em 2004. A subida da taxa do IVA, de 19% para 21%, ocorrida em Julho, terá contribuído para uma antecipação das decisões de despesa das famílias na primeira metade do ano, em particular no que respeita aos bens duradouros.

Em paralelo, a continuação de um quadro de taxas de juro historicamente baixas e o alongamento dos prazos de amortização dos empréstimos bancários facilitaram também o crescimento das despesas das famílias.

O incremento de 2% no consumo privado ocorreu ainda apesar da subida da taxa média anual de desemprego de 6,7% para 7,6% da população activa e não obstante a subida dos níveis agregados de endividamento.

O investimento registou o comportamento mais negativo entre as componentes da procura interna, com uma queda real em torno de 2,7%; tal comportamento desfavorável estendeu-se a todos os sectores, em particular o público e o empresarial, e foi extensível à generalidade das suas componentes por tipo de bens.

Apesar das condições de financiamento permanecerem muito favoráveis em matéria de taxas remuneratórias, as perspectivas menos positivas para a evolução da procura interna e a evolução em alta dos custos dos produtos energéticos contribuíram para uma degradação do sentimento económico entre os empresários e, em consequência, para um adiamento das decisões de investimento.

O consumo público contribuiu, da mesma forma, para a estagnação da actividade económica, com o respectivo crescimento a cair de 2,4% em 2004, para 1% em 2005.

Tal como no ano anterior, foi visível um esforço continuado de contenção das despesas públicas, quer em bens e serviços quer em pessoal, neste caso em resultado de uma política de moderação salarial e de uma relativa estabilização de quadros. O défice global da Administração Pública deverá ter atingido um valor ligeiramente inferior ao objectivo de 6% do PIB inscrito no PEC, com as receitas fiscais a crescerem 7,5%, acima da estimativa de execução apresentada no orçamento.

Como resultado de uma forte desaceleração das importações, cujo crescimento deverá ter caído de 6,7% para cerca de 2,1%, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi menos desfavorável em 2005 do que no ano anterior. Por seu lado, no conjunto do ano as exportações terão registado um crescimento inferior a 2%. Esta evolução relativa resulta, por um lado, de um crescimento ainda lento dos principais parceiros comerciais de Portugal e, por outro, de uma evolução ainda relativamente desfavorável dos custos unitários de trabalho na economia portuguesa.

Observou-se no decurso de 2005 uma deterioração significativa no saldo conjunto das balanças corrente e de capital, elevando as necessidades líquidas de financiamento externo de 5,9% para cerca de 8% do PIB. Para além dos aspectos estruturais relacionados com problemas de competitividade da economia portuguesa, esta evolução reflecte também uma evolução desfavorável dos termos de troca, determinada pela escalada dos preços do petróleo face a 2004.

A despeito do impacto desfavorável da subida do IVA e da pressão associada à subida dos bens energéticos, o índice de preços no consumidor registou, em 2005, uma ligeira desaceleração, com uma taxa de inflação média a descer de 2,4% para 2,3%, em resultado da conjuntura de moderação salarial e de uma utilização dos recursos produtivos abaixo da capacidade potencial da economia.

## **1.2 GOVERNO DAS SOCIEDADES**

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, e dos vários documentos posteriores relativos ao assunto, designadamente o Anexo descriptivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

### **1.2.1. – Divulgação de Informação**

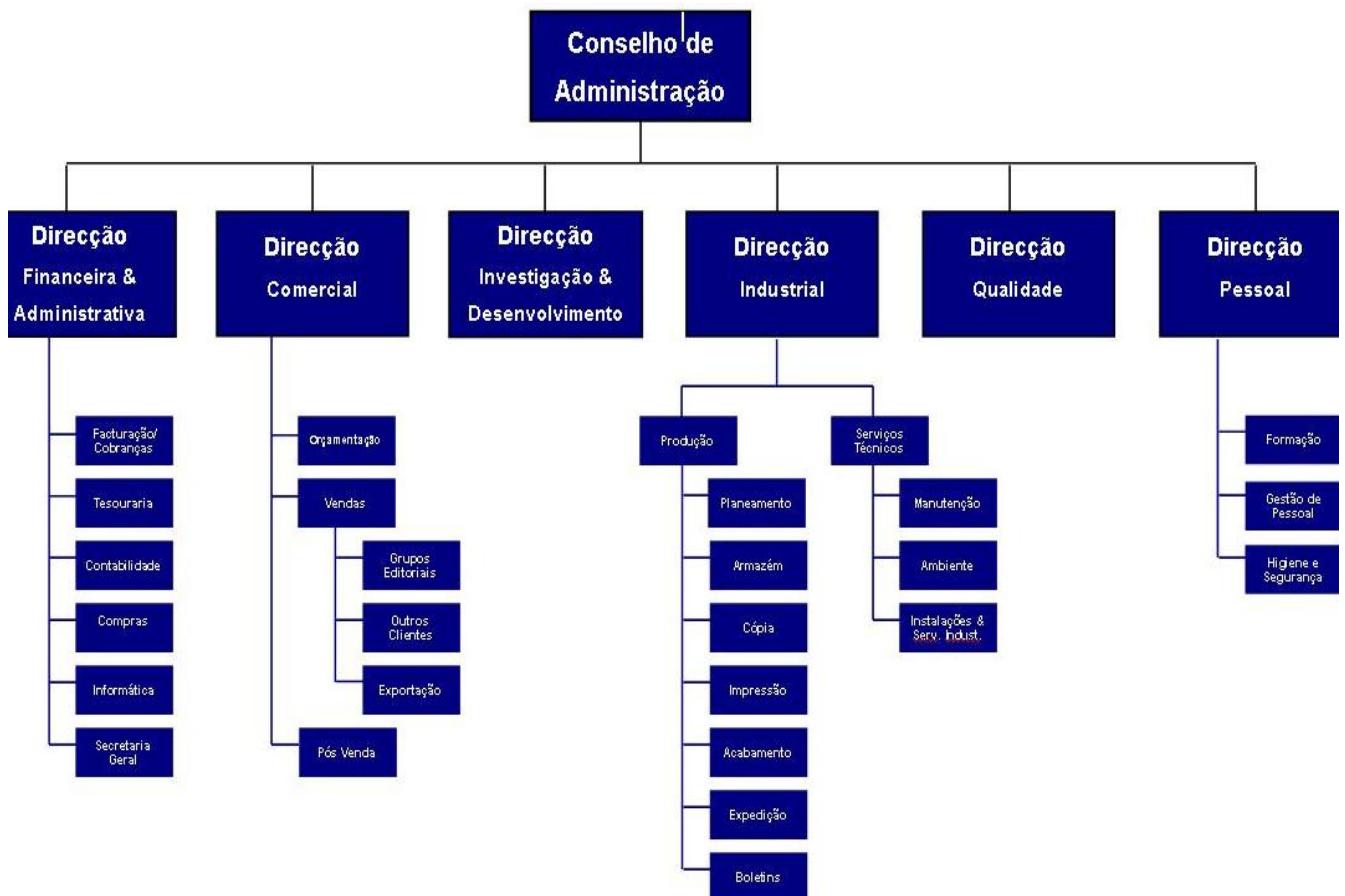
1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organograma que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua Obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.



2. Não há comissões criadas na sociedade.

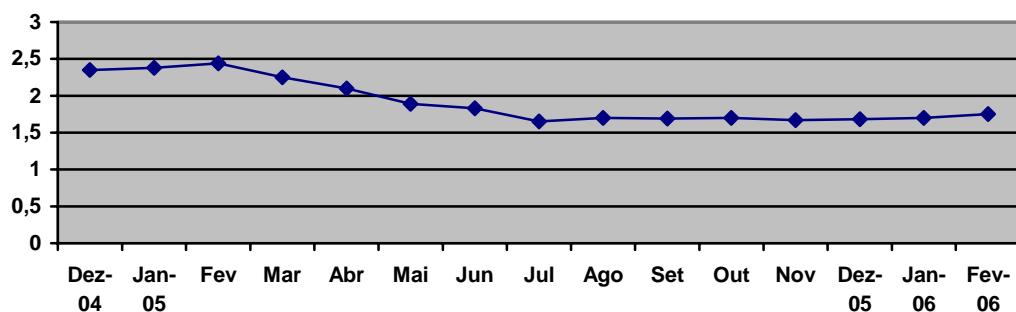
3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:

- (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
- (b) o anúncio de resultados;
- (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Não houve, no exercício de 2005, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício, sendo que o anúncio dos resultados obtidos se faz através da publicação das contas/notas informativas correspondentes aos trimestres/semestres do exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2005 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma subida no início do ano (2,35 em 31/12/04 para 2,44 em 28/02/05), uma descida que perdurou até Dezembro (2,25 em 31/03/05, para 1,68 em 31/12/05).



4. Política de Dividendos: Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa – 1999 e 2000 – foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euro/acção, política abandonada transitoriamente em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda permanece, motivo pelo qual neste exercício também não haverá distribuição de dividendos, até por força da situação dos Resultados Transitados e Capitais Próprios da Empresa.

Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

5. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
6. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.
7. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.  
O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à Informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é [www.lisgrafica.com](http://www.lisgrafica.com)

8. Não existe Comissão de remunerações do Órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, para além de que não está prevista nos Estatutos Sociais. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

9. A seguir indicamos os montantes pagos no exercício:

- Remuneração do Conselho de Administração Euros 193.783
- Remunerações ao Conselho Fiscal Euros 23.400
- Remunerações ao Auditor Externo Euros 38.450

#### 1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência ou ainda de o bloqueio das acções dever ser feito com o prazo, até há pouco habitual, de oito dias.

O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, tal como foi o caso do anúncio da Assembleia que vai apreciar estes documentos, nos seguintes termos:

*“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 100 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobreescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.*

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é de oito dias, havendo a intenção de, em futura revisão do contrato social, reduzir este prazo para o colocar dentro das recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 100 acções cabe um voto ( nº 2 do artigo 8º do Pacto Social )

#### 1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.  
Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.  
Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metas indicativas de eficiência dos vários Serviços.  
Tais indicadores cobrem a generalidade das áreas de actuação da sociedade e têm natureza quantitativa e qualitativa permitindo um acompanhamento rigoroso do desempenho das várias áreas de actuação. Exemplo dos indicadores referidos: Resultados mensais, Desvios Orçamentais e versus ano anterior de Vendas por Famílias/Títulos, Prazo Médio de recebimentos e pagamentos, Grau de satisfação dos Clientes, Prazo de Disponibilidade dos Dados de Gestão Mensais, Nível de Desperdício de Matérias Primas, Produtividade Mensal das equipas de Impressão, Produtividade do Acabamento, Produtividade da Cópia, Análise dos Consumos específicos, etc.
3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, designadamente para o mandato de 2003 a 2006 pela assembleia Geral de 28 de Maio de 2003.

#### 1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujos 3 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

São Administradores independentes, isto é, não têm interesse, participação ou relações especiais com os Accionistas que detêm maior número de acções da empresa, os Senhores Engº António Pedro Marques Patrocínio e Dr. José Luís André Lavrador.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFEDISPORT – Impressão e Artes Gráficas, S.A.” e da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

1. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
2. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.
3. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
4. Os custos no exercício com o Conselho de administração, no que se refere à sua remuneração, foram de 193.783 Euros

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO**

A Lisgráfica cumpre a quase totalidade das recomendações da CMVM, com exceção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 8 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral, o qual é superior à actual recomendação de 2 dias úteis.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de administração, no qual 2 dos 3 membros são independentes, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral.

## 2.GRUPO LISGRÁFICA

O “Grupo Lisgráfica” é constituído pela LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e Empresas Subsidiárias e tem como actividade principal a impressão de Revistas, Jornais e Publicações Similares.

As empresas incluídas na consolidação, a sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e proporção do capital detido pelo Grupo, em 31/12/2005 são conforme segue:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica, S.A.	Impressão de Revistas e Jornais	27-12-1973	Queluz de Baixo	-
<b>Subsidiárias</b>				
Grafilis, S.A.	Composição, Fotolito, Montagem	18-10-1984	Queluz de Baixo	100,00%
Gestigráfica, SGPS, SA	Gestão de Participações Sociais	02-02-1993	Queluz de Baixo	100,00%

As empresas subsidiárias, Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A., e Gestigráfica – SGPS, S.A. foram incluídas na consolidação pelo método da integração global, de acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 1º do Dec – Lei 238/91, de 2 de Julho.

No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital social da Gestigráfica, detidos pela Heska, desde a data do aumento de capital, pelo seu valor nominal que ascendeu a 5 mil euros, pelo que a Empresa se apropriou dos 100% acima assinalados, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o acordo é irrevogável

A actividade, data de constituição, sede e a proporção do capital detido pelo Grupo, em 31/12/2005, na associada “Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.” são as indicadas abaixo:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Grafedisport, SA	Impressão de Jornais	07/01/2004	Queluz de Baixo	50,00

A participação financeira nesta associada, conjuntamente controlada, foi incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Naveprinter, SA	Impressão de Jornais	05/06/1990	Maia	9,02

Detendo uma participação minoritária de 9,02% no capital social da Naveprinter, após ter alienado em Agosto de 2004 a participação directa detida pela Lisgráfica de 32% à Global Notícias, foi tal participação excluída da consolidação. Relativamente à participação detida pela Gestigráfica, existe um acordo de venda à Global Notícias, com pré-acordo de preço, que poderá ser exercido por qualquer das partes envolvidas.

### **3. BREVES NOTAS E SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESAS MÃE E SUBSIDIÁRIAS**

#### **3.1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

##### **3.1.1. LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, SA.**

A Lisgráfica é uma Sociedade Anónima, constituída em 27/12/1973 e tem como objecto social o exercício da indústria gráfica geral, bem como de qualquer outro ramo de comércio ou indústria que deliberar explorar, observando sempre os condicionalismos específicos, porventura existentes, podendo importar e exportar máquinas, equipamentos, matérias-primas ou produtos de qualquer natureza.

Desenvolve como actividade principal a impressão e acabamento de Revistas, Catálogos, Boletins de Totobola/Totoloto desde início de 1995 e, por fim, Listas Telefónicas desde 1998, tendo deixado de desenvolver, de forma autónoma, actividade no segmento de Impressão de Jornais desde o início de 2004, face à constituição da Gрафedisport, subsidiária onde a Lisgráfica detém 50% de posição accionista.

O ano de 2004 pareceu constituir o ponto de viragem de um ciclo que se estendeu por três anos em que o Sector sofreu os efeitos decorrentes de uma conjuntura de recessão.

Com efeito, alguns indicadores registados naquele exercício pareciam indicar tal fenómeno, designadamente um forte crescimento do investimento publicitário de cerca de 14%, a evolução do PIB com crescimento de 1,2%, incremento do investimento da ordem dos 2,2%, crescimento do investimento privado de cerca de 2,5%, reflectindo aumento de confiança dos agentes e incremento das exportações em 4,6%.

As expectativas alimentadas no tocante à viragem e à consolidação da retoma saíram frustradas e a economia portuguesa observou, em 2005, um novo abrandamento face ao ano anterior, registando um crescimento do PIB de apenas 0,3%, decorrendo tal desaceleração fundamentalmente do menor dinamismo verificado em todas as componentes da procura interna. Para tal afrouxamento contribuiu decisivamente a conjuntura económica internacional, particularmente na Zona Euro, a escalada do preço do petróleo e um clima generalizado de pessimismo instalado nos agentes económicos.

Após um crescimento de 14% em 2004 – Euro 2004 e Festival Rock in Rio – o investimento publicitário total nos meios de comunicação social tradicionais cresceu cerca de 21,6% face a 2004, elevando-se a 3,6 milhões de euros, cabendo à imprensa, situada em 2º lugar, cerca de 700 milhões de euros, representativos de um incremento de apenas 3%, face a 2004.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o exercício de 2005 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas. Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma *Rotativa de Revistas Harris 850* adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu Departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de acabamento “*Muller- Martini Tempo*” de ponto arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada para 2007, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado.

Ainda assim, o recurso a subcontratação no exterior, representou no exercício em análise um valor superior a 600 mil Euros.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se um incremento das Vendas Globais, face ao ano de 2004, de cerca de 613 mil Euros (1,8%), traduzindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 177 milhões (10,8%). É patente uma desproporção entre o incremento em valor e em volume de trabalho, que ilustra o esforço a desenvolver em matéria de competitividade de preços para manutenção da posição relativa no mercado.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota uma queda no tocante à *Família Revistas* traduzida em cerca de 738 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 97 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 302 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Suplementos* da ordem de 1.242 mil Euros e na *Família Folhetos/Catálogos* um crescimento da ordem de 508 mil Euros.

As performances de Vendas ficaram, no entanto, aquém do Orçamento anual num valor rondando os 2,5 milhões de Euros (6,7%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 92 mil Euros e decréscimo de 2,197 milhões de Euros, traduzindo no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Grafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a não repetição dos Proveitos registados em 2005, associados ao sinistro e respectiva indemnização compensatória.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de cerca de 1,6 milhões de Euros (4,1%), para o qual concorreu negativamente a rubrica “*Outros Proveitos Operacionais*” com cerca de 2,2 milhões de euros, deixando à actividade operacional um contributo positivo de cerca de 0,6 milhões de Euros.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e `a sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2004, de cerca de 215 mil Euros devendo, no entanto, sublinhar-se que este aparente insucesso deriva fundamentalmente do incremento do peso relativo, ocorrido nos dois exercícios das Rendas e Alugueres das Instalações que reflectem um agravamento de cerca de 1,6 milhões de Euros traduzindo o facto de o exercício de 2005 suportar um ano de rendas, enquanto que 2004 apenas suportou o 2º semestre.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 1,4 milhões de Euros, variação explicada pelo incremento das Vendas, pelo maior consumo de papel determinado pelo crescimento de vendas da Família Folhetos/Catálogos, pelo custo do abate da rotativa alocada a Mercadorias e pelo maior peso específico das Tintas e Chapas.

Os FSE registaram um incremento de cerca de 934 mil Euros dos quais cabe a Rendas e Alugueres uma fatia de cerca de 1,6 milhões de Euros já acima explicada pelo que, na realidade se verificou uma queda de cerca de 643 mil Euros, equivalente a 9,7%, a despeito de se terem observado agravamentos em algumas rubricas, designadamente, Electricidade e Gaz, Subcontratos e Outros Fornecimentos e Serviços.

As Despesas com Pessoal registaram um incremento de cerca de 595 mil Euros, explicados pela integração dos trabalhadores da Grafilis e pela retomada do processamento do 15º mês, associados a um ligeiro aumento do recurso a trabalho extraordinário determinado pela redução de capacidade produtiva.

Os Custos Financeiros reflectem uma redução de 895 mil Euros.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 2,1 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio, igualmente desfavorável, de cerca de 318 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,8 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços/instalações não necessários à operação industrial da Lisgráfica.

Foram subscritos, com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2005 de cerca de 450 mil euros.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2005 e 2006, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

No final do 1º trimestre de 2006, em data anterior à aprovação das Contas do exercício de 2005, ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Grafedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um valor de 2 milhões de Euros, cuja relevação contabilística será processada nas Contas do 1º trimestre de 2006.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

### **IMPRESSÃO DE REVISTAS**

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300, tendo sido instalada durante o ano de 2005 a primeira por forma a minorar, em parte, a capacidade perdida e tendo sido alienada a segunda por desnecessária.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

#### **1. Produção das Rotativas**

<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
1.513.359	1.632.780	1.809.025

*Unidade: Mil cadernos de 16 Pág.*

Tendo-se registado um crescimento de cerca de 160 milhões de cadernos (13,1%), em 2003 face a 2002, fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre, no exercício de 2004 consolidou-se tal crescimento que registou uma expressão de 119 milhões de cadernos (8%), que voltou a confirmar-se em 2005 em que se observou novo incremento de cerca de 177 milhões de cadernos (10,8%), sendo que a análise da evolução se limita à impressão Heat-Set. Registou-se um incremento a nível de Heat-Set em 2005, ano em que do total da actividade da Empresa cerca de 89,22% foi impresso em Heat-Set, enquanto que no ano transacto se verificara um rácio de 86,98%.

**2. Produção Linhas Ponto Arame**

2003	2004	2005
186.328	228.757	249.280

*Unidade: Mil Exemplares*

**3. Produção Linhas Capa Colada**

2003	2004	2005
18.793	17.414	18.020

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “*Muller-Martini*” modelo 300, uma Linha “*Heidelberg*”, apoiadas em “backup” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “*Bhurs Zandaam*”, uma Linha “*Muller-Martini*” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “*Ferag*” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um crescimento de cerca de 20 milhões de exemplares (9%), enquanto que o incremento na Capa Colada foi menos expressivo, situando-se em cerca de 600 mil de exemplares (3,5%), indicando o emagrecimento das revistas, e confirmando a tendência que se vinha consolidando relativamente a esta Linha.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o exercício, cerca de 7,0 milhões de volumes, mantendo um nível semelhante ao ano anterior.

### **IMPRESSÃO DE BOLETINS**

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

<b>Produção de Boletins</b>		
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
102.250	167.122	120.800

*Unidade: Mil Boletins*

Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apostado no lançamento, em finais do ano de 2001, das apostas on-line, a Lisgráfica iniciou a produção de Boletins compatíveis, em termos de leitura, pelos terminais das duas gerações, estando neste momento a produzir apenas Boletins para apostas on-line das gamas “*Totoloto*”, “*Totobola*” e “*Totogolo*”.

Durante o exercício de 2004 a Santa Casa lançou uma nova variante de apostas – *Euromilhões* – que cativou os apostadores e permitiu alguma animação no sector.

Apesar das tentativas empreendidas pelo Editor para dinamizar as apostas, continua a registar-se uma tendência regressiva da parte dos apostadores. Assim, ao longo de 2002 registou-se uma descida de 78 milhões de Boletins (42,4%) face ao ano transacto, mantendo-se a tendência de descida, ainda que mais suave, em cerca de 4 milhões (3,7%) entre 2002 e 2003 e registando-se uma subida de cerca de 65 milhões (63%) entre 2003 e 2004, reflectindo o lançamento do *Euromilhões* e o reforço da produção de *Totoloto* para reposição de stocks, para nova descida em 2005 da ordem dos 47 milhões ( 28,14% ).

O exercício de 2005 terá sido o derradeiro ano de produção regular por parte da Lisgráfica, porquanto o lançamento de novo concurso redundou na adjudicação a duas unidades Gráficas da produção de Boletins necessários à satisfação das necessidades da santa Casa.

### **IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS**

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “*Printing Agreement*” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispões de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

O Departamento produziu em 2005 cerca de 6,5 milhões de volumes de Listas nacionais, registando um decréscimo de cerca de 120 milhões de cadernos de 16 páginas em relação a 2004 (544 milhões de cadernos em 2004, contra 424 milhões em 2005) circunstância que tem como pressupostos uma reformulação editorial levada a cabo pelo Editor.

## **INVESTIMENTO**

Pelo segundo ano consecutivo o investimento manifestou um comportamento atípico, relativamente ao comportamento usual desta variável na Empresa.

Com efeito, e tendo em consideração a prática corrente da Lisgráfica, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos em que não se verifique substituição de rotativas.

Depois de no exercício de 2004 se ter registado um desinvestimento que, em termos brutos, se cifrou em cerca de 72 milhões de Euros, fundamentalmente em resultado do abate dos Terrenos e Instalações objecto da Operação Imobiliária e ainda dos Activos entregues à Grafedisport como forma de realização de capital e prestações acessórias bem como do abate da Rotativa de Revistas sinistrada, apesar de terem ocorrido adições representativas de cerca de 3,2 milhões de Euros, voltou em 2005 a verificar-se um desinvestimento ainda que com uma expressão menor, de cerca de um milhão de Euros.

- *Imobilizações Incorpóreas*  
Verificou-se o abate de cerca de 19,7 mil Euros de Despesas de Instalação, completamente amortizadas.
- *Investimentos em Curso:*  
Nesta classe verificou-se um incremento de cerca de 294,7 mil Euros, resultante de adições de cerca de 389,8 mil Euros e de transferência para Imobilizações Corpóreas de cerca de 95 mil Euros.  
Os aumentos dizem respeito a investimentos iniciados no exercício no âmbito das seguintes áreas:  
(Instalação da Rede de Incêndio com colocação de Springlers; Instalação de Novos Quadros Eléctricos Baixa Tensão; Grande Reparação Máquina Plana Speedmaster; Sistema de Corte Trilateral; Grande Reparação Linha Ferag; Adiantamento para Aquisição de Sistema de Registo de Cor GMI).
- *Imobilizações Corpóreas*  
Nesta classe verificaram-se adições de cerca de 2,2 milhões de Euros e abates/alienações de cerca de 3,6 milhões de Euros.

Entre as primeiras sobressaem o crescimento do Equipamento Básico em cerca de 2 milhões de Euros – destacando-se a instalação da Rotativa Harris M850 adquirida à Naveprinter 1,036 milhões de Euros e da Máquina de Acabamento Muller Martini, também adquirida à Naveprinter 600 mil Euros, e da Máquina de Cola Planatol 42 mil Euros – e o crescimento do Equipamento de Transporte em cerca de 95,8 mil Euros, reflectindo a aquisição em ALD ou AOV de viaturas de serviço.

Em matéria de Abates/ Alienações registaram-se em Equipamento Básico abates/alienações no valor de cerca de 3,5 Milhões de euros, correspondentes a equipamentos totalmente amortizados, enquanto que em relação a Equipamentos Administrativos, também totalmente amortizados, os abates/alienações se cifraram em cerca de 118 mil Euros.

- Imobilizações Financeiras

Representam, em termos líquidos, uma queda inexpressiva de 14 mil Euros.

## **FINANÇAS**

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de Financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 3,7 milhões de Euros e a título de juros, cerca de 560 mil Euros, ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representando em termos de capital cerca de 950 mil Euros e, a título de juros cerca de 385 mil Euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 3,211 milhões de Euros; deste valor, cerca de 2,632 milhões de Euros representam amortização de capital e 578,8 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de Capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/2005, representam um total de 10,457 milhões de Euros, subdivididos em 2,152 milhões de Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 8,305 milhões de Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Durante o exercício não foram celebrados novos Contratos de Locação Financeira.

O valor do esforço ligado à regularização de Passivo Financeiro e respectivos encargos no exercício representou, em consequência, cerca de 9 milhões de Euros, a acrescer a cerca de 50 milhões reduzidos durante o exercício de 2004; o Passivo Financeiro remanescente representa, no final do exercício, cerca de 35 milhões de Euros, fixando-se assim em cerca de 45% da respectiva extensão em finais de 2003.

Não houve, no exercício de 2005, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2005 está ilustrada no gráfico do Capítulo dedicado ao Governo das Sociedades, que evidencia uma subida no início do ano (de 2,35 em Dez04, para 2,44 em Fev05), uma descida entre Março e o final do ano Setembro ( 2,25 em Mar05, para 1,68 em Dez05).

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior, a que se juntam 110.713 acções do Millennium BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível no ano de 2005 e 2006, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,8 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços(instalações não necessários à operação industrial da Lisgráfica.

Foi subscrito com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2005 de cerca de 450 mil euros.

No final do 1º trimestre de 2006, em data anterior à aprovação das Contas do exercício de 2005, ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Graftedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um valor de 2 milhões de Euros, cuja relevação contabilística será processada nas Contas do 1º trimestre de 2006.

### **MERCADO**

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2005.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício e indicam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da produção e vendas da Lisgráfica.

Em matéria de publicidade, parâmetro determinante do comportamento dos Editores e, consequentemente do nível de actividade das Gráficas, devemos referir que após um crescimento de 14% em 2004 – Euro 2004 e Festival Rock in Rio – o investimento publicitário total nos meios de comunicação social tradicionais cresceu cerca de 21,6% face a 2004, elevando-se a 3,6 milhões de euros, cabendo à imprensa, situada em 2º lugar, cerca de 700 milhões de euros, representativos de um incremento de apenas 3%, face a 2004 não confirmando estimativas feitas em final de 2004 que apontavam para subida entre 7% a 10%, tendo cabido aos meses de Maio e Junho a maior fatia de investimento, respectivamente, 68,5 e 66,5 milhões de euros.

O Grupo Cofina terá sido o Grupo que absorveu maior parcela de investimento, da ordem de 136 milhões de euros, registando um crescimento de 8,6% face a 2004.

O Grupo Global Notícias, actualmente detido pela Controlinveste, portanto em fase de mudanças, terá ocupado a segunda posição com uma fatia de 136 milhões de euros, registando uma queda de 5,4% face a 2004.

A Impresa terá registado um crescimento de cerca de 3,4% face a 2004, fixando-se nos 123 milhões de euros.

O grupo que terá registado a maior subida foi o Grupo Média Capital, que cresceu 65,8% face a 2004, fixando-se nos 25 milhões de euros, concorrendo para tal performance o lançamento do jornal gratuito “Metro” que arrecadou cerca de 6,5 milhões de euros de publicidade.

Para a revisão em baixa contribuiu a conjuntura económica desfavorável, a falta de crédito da economia, com os índices de confiança do consumidor a registar baixas sucessivas, e a consequente retracção do investimento, em especial nos budgets publicitários.

No entanto, sublinha-se que apesar da estimativa de crescimento para 2005 não se ter verificado, o mercado apresenta pelo terceiro ano consecutivo e após a queda verificada em 2001 e 2002, uma subida de investimento publicitário, que atingiu o seu pico em 2004.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais, desencadeando pressões muito fortes em matéria de *pricing*; no que respeita à Lisgráfica, o fenómeno referido não teve outras consequências para além da necessidade de ajustamento da tabela de preços, medida que faz ganhar maior acuidade nas preocupações cada vez maiores em matéria de produtividade e rentabilidade de recursos, preocupação acrescida em função da limitação de recursos decorrente do sinistro.

No segmento do Mercado de Revistas de Grande Tiragem a quota de mercado que a Lisgráfica detém manteve-se nos 85%, enquanto que no segmento do Mercado de Jornais Diários, e usando a tiragem como indicador, a Grafedisport detém uma quota de 60% e, em conjunto com a Naveprinter atinge os 72,5%, mantendo exclusividade nos segmentos de “Listas Telefónicas” e “Boletins”.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, e com sinais cada vez mais fortes de tendência para a concentração, como indica a operação visando os títulos da Lusomundo Media.

Durante o ano a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente o suplemento de fim de semana dos jornais da Global Notícias “*Notícias Magazine*” que transitou da Naveprinter, a revista semanal “*Terra do Nunca*” também editada pela Global Notícias, a revista de fim de semana “*24 Horas*” editada ainda pela Global Notícias,

que substitui, ao domingo, o jornal homónimo, a revista “*Autosport*”, editada pela Medipress, que substituiu o jornal com o mesmo nome, o suplemento semanal “*Correio Vidas*”, editado pela Presselivre, que substituiu o Correio Mulher, da mesma Editora, as revistas mensais “*FHM*” e “*Rotas do Mundo*”, editadas pela Edimpresa, os suplementos semanais da Visão “*Guia da Semana*”, edições Norte e Sul, agrafados à revista Visão e que constituem roteiros de fim de semana, a publicação bimestral “*Guia da Cidade*”, que constitui uma revista publicitária de âmbito regional e, com periodicidade mais aleatória, um simpósio farmacêutico “*GuiaDirmed*”, com vigência anual, bem como os Folhetos/Catálogos “*NocNoc*” e “*Media Market*”.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Doze*” e “*Telefilmes*”, respectivamente uma publicação semanal da Edimpresa, virada para o desporto e uma publicação semanal editada pela Editora Tejo XXI, virada para a divulgação de projecções televisivas de filmes, bem como a revista semanal “*Fotochoque*” editada pela Cena, empresa do Grupo Media Capital e, ainda, por mudança de Gráfica, as revistas “*Índico*” e “*África Mais*”, publicações mensais de distribuição nos Palop’s e “*Superinteressante*”, revista mensal editada pela Edimpresa.

Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas.

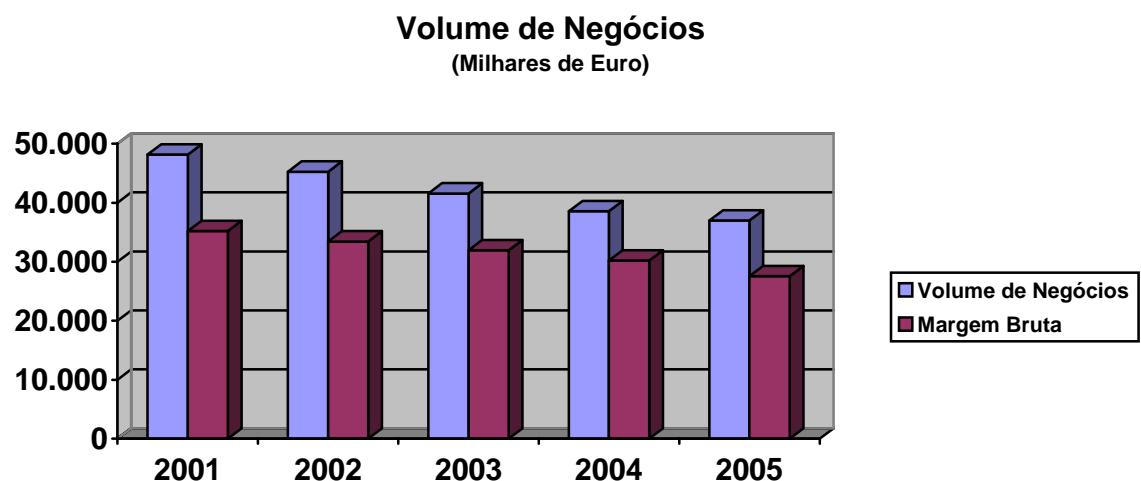
Em matéria de Listas Telefónicas, cumpriu-se o programa de impressão fixado pelo editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000, e para a impressão dos cadernos até três cores, continuamos a dispor da Rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas.

Estuda-se, em conjunto com o editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

O sinistro ocorrido na nave das Sunday, que implicou a limitação da capacidade produtiva da Lisgráfica, fez-se sentir particularmente neste nicho e determinou o recurso a subcontratação externa para os produtos/ períodos mais agudos, situação que tem vindo a normalizar-se e para cuja limitação contámos com a colaboração de uma Gráfica Dinamarquesa, da Heska e, mais recentemente, de Gráficas Espanholas com quem estabelecemos protocolos de colaboração recíproca com resultados apreciáveis.

LISGRÁFICA		
	Dez/04	Dez/05
<b>Activo Total</b>	<b>96.595.981</b>	<b>88.401.183</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>85.443.492</b>	<b>78.659.130</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>11.152.489</b>	<b>9.742.053</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>2.028.915</b>	<b>(1.410.436)</b>
<b>Vendas Líquidas</b>	<b>34.421.007</b>	<b>35.034.073</b>

A evolução das Vendas ao longo dos últimos cinco anos é ilustrada pelos quadros abaixo:



A evolução ilustrada no gráfico acima reflecte a queda sucessiva entre 2001 e 2004, derivada da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores, por um lado e, do efeito ajustamento de preço implícito à concorrência agudizada, por outro, e um ligeiro incremento em 2005 atenuando tal tendência, como reflexo das medidas internas entretanto tomadas.

Os valores de 2005 traduzem um incremento líquido de cerca de 613 mil Euros (1,8%) com efeitos compensadores nas várias Famílias de Produtos. Assim, na Família “Revistas Semanais/Mensais” regista-se um desvio desfavorável de cerca de 738 mil Euros (4%), decorrente de tal Família ser a mais sensível á queda da publicidade/pressão do *pricing*.

Em “Suplementos” verifica-se um desvio favorável de cerca de 1,2 milhões de Euros (20,2%), consequência do lançamento de novos títulos e/ou sua transferência para impressão na Lisgráfica.

No tocante a “Boletins” registou-se uma queda de cerca de 97 mil Euros (14,3%) traduzindo o esvaziamento deste nicho de mercado, a despeito da expectativa que o lançamento do *Euromilhões* chegou a alimentar.

A variação registada na Família “Listas Telefónicas” foi negativa e da ordem de 302 mil Euro (5,1%), traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor e o início da mudança de formato de algumas Listas Regionais.

Os “Catálogos/Folhetos” com um crescimento da ordem dos 509 mil Euros (14,1%), ilustram a opção tomada pela Empresa de, não acompanhando a degradação de margens desencadeada pelos Editores neste segmento, face à situação do sector gráfico, continuar atenta a este segmento, procurando fidelizar os Grupos mais importantes.

As rubricas “Proveitos Suplementares” e “Outros Proveitos Operacionais” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 92 mil Euros e decréscimo de 2,197 milhões de Euros, traduzindo no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Grafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a não repetição dos Proveitos registados em 2005, associados ao sinistro e respectiva indemnização compensatória.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de cerca de 1,6 milhões de Euros (4,1%), para o qual concorreu negativamente a rubrica “Outros Proveitos Operacionais” com cerca de 2,2 milhões de euros, deixando à actividade operacional um contributo positivo de cerca de 0,6 milhões de Euros.

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acresentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas.

Assim:

	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Volume de Negócios	48.165	45.769	41.565	38.568	37.000
Matérias Consumidas					
Papel	5.701	5.505	2.992	2.941	3.163
Matérias subsidiárias	7.264	6.829	6.621	5.409	6.277
<b>Valor Acresentado</b>	<b>35.200</b>	<b>33.435</b>	<b>31.952</b>	<b>30.218</b>	<b>27.560</b>
<b>% Val Acresent / Volume de Negócios</b>	<b>73,1%</b>	<b>73,1%</b>	<b>76,9%</b>	<b>78,4%</b>	<b>74,5%</b>

Unidade: Milhares de Euros.

Concluímos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 1,765 milhões de Euros entre 2001 e 2002, equivalentes a 5,0%, 1,483 milhões de Euros, equivalentes a 4,4% entre 2002 e 2003, 1.734 milhões de Euros, equivalentes a 5,3% entre 2003 e 2004 e 2.658 milhões de Euros, equivalentes a 8,8% entre 2004 e 2005.

Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 85 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2005, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 75 milhões de Euros.

Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrescentado registou manutenção no patamar dos 73,1% entre os exercícios de 2001 e 2002, voltou ao crescimento de cerca de 3,8 pontos entre os exercícios de 2002 e 2003 (de 73,1% em 2002, para 76,9% em 2003) e persistiu numa trajectória de crescimento cifrado em 1,5% entre 2003 e 2004 (de 76,9% em 2003 para 78,4% em 2004), voltando à queda de 3,9 pontos em 2005 (de 78,4% em 2004 para 74,5% em 2005).

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação e à evolução do custo das matérias primas, bem como à respectiva rentabilidade de utilização – registou-se em 2001 vendas de papel não transformado de cerca de 1,8 milhões de Euros, enquanto em 2002 tal operação foi reduzida para 83 mil Euros, em 2003 para 46 mil Euros, em 2004 situou-se nos 71 mil Euros e não teve expressão em 2005; por outro lado, e tendo em conta a evolução da operação “Folhetos/Catálogos”, em 2002 registou-se um incremento na incorporação de papel desta Família de cerca de 1,8 milhões de Euros que, pelas razões apontadas, levou em 2003 a uma queda em tal componente da ordem de 1,9 milhões de Euros para em 2004 representar cerca de 2 milhões de Euros, e em 2005 cerca de 2,4 milhões de Euros, devendo ainda assinalar-se que as preocupações no domínio da melhor rentabilização dos meios e matérias-primas começaram já a dar os seus frutos.

As expectativas alimentadas no tocante à viragem e à consolidação da retoma saíram frustradas e a economia portuguesa observou, em 2005, um novo abrandamento face ao ano anterior, registando um crescimento do PIB de apenas 0,3%, decorrendo tal desaceleração fundamentalmente do menor dinamismo verificado em todas as componentes da procura interna. Para tal afrouxamento contribuiu decisivamente a conjuntura económica internacional, particularmente na Zona Euro, a escalada do preço do petróleo e um clima generalizado de pessimismo instalado nos agentes económicos.

Após um crescimento de 14% em 2004 – Euro 2004 e Festival Rock in Rio o investimento publicitário total nos meios de comunicação social tradicionais cresceu cerca de 21,6% face a 2004, elevando-se a 3,6 milhões de euros, cabendo à imprensa, situada em 2º lugar, cerca de 700 milhões de euros, representativos de um incremento de apenas 3%, face a 2004.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o exercício de 2005 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas.

Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma *Rotativa de Revistas Harris 850* adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu Departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de acabamento “*Muller – Martini Tempo*” de ponto arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada para 2007, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado.

Ainda assim, o recurso a subcontratação no exterior, representou no exercício em análise um valor superior a 600 mil Euros.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se um incremento das Vendas Globais, face ao ano de 2004, de cerca de 613 mil Euros (1,8%), traduzindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 177 milhões (10,8%). É patente uma desproporção entre o incremento em valor e em volume de trabalho, que ilustra o esforço a desenvolver em matéria de competitividade de preços para manutenção da posição relativa no mercado.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota uma queda no tocante à *Família Revistas* traduzida em cerca de 738 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 97 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 302 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Suplementos* da ordem de 1.242 mil Euros e na *Família Folhetos/Catálogos* um crescimento da ordem de 508 mil Euros.

As performances de Vendas ficaram, no entanto, aquém do Orçamento anual num valor rondando os 2,5 milhões de Euros (6,7%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 92 mil Euros e decréscimo de 2,691 milhões de Euros, traduzindo no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Grafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a não repetição dos Proveitos registados em 2005, associados ao sinistro e respectiva indemnização compensatória.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de cerca de 1,6 milhões de Euros (4,1%), para o qual concorreu negativamente a rubrica “*Outros Proveitos Operacionais*” com cerca de 2,2 milhões de euros, deixando à actividade operacional um contributo positivo de cerca de 0,6 milhões de Euros.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e `a sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2004, de cerca de 215 mil Euros devendo, no entanto, sublinhar-se que este aparente insucesso deriva fundamentalmente do incremento do peso relativo, ocorrido nos dois exercícios das Rendas e Alugueres das Instalações que reflectem um agravamento de cerca de 1,6

milhões de Euros traduzindo o facto de o exercício de 2005 suportar um ano de rendas, enquanto que 2004 apenas suportou o 2º semestre.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 1,4 milhões de Euros, variação explicada pelo incremento das Vendas, pelo maior consumo de papel determinado pelo crescimento de vendas da Família Folhetos/Catálogos, pelo custo do abate da rotativa alocada a Mercadorias e pelo maior peso específico das Tintas e Chapas.

Os FSE registaram um incremento de cerca de 934 mil Euros dos quais cabe a Rendas e Alugueres uma fatia de cerca de 1,6 milhões de Euros já acima explicada pelo que, na realidade se verificou uma queda de cerca de 643 mil Euros, equivalente a 9,7%, a despeito de se terem observado agravamentos em algumas rubricas, designadamente, Electricidade e Gás, Subcontratos e Outros Fornecimentos e Serviços.

As Despesas com Pessoal registaram um incremento de cerca de 595 mil Euros, explicados pela integração dos trabalhadores da Grafilis e pela retomada do processamento do 15º mês, associados a um ligeiro aumento do recurso a trabalho extraordinário determinado pela redução de capacidade produtiva.

Os Custos Financeiros reflectem uma redução de 895 mil Euros.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 2,1 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio, igualmente desfavorável, de cerca de 318 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 1.194 mil Euros, inferiores aos do exercício anterior cerca de 4.546 mil Euros porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 3.666 mil Euros, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram uma diminuição de cerca de 315 mil Euros. Sublinhe-se que os Custos Operacionais estão influenciados por uma variação de cerca de 1,6 milhões de Euros de Rendas e Alugueres, suportados por força da alienação do Património imobiliário em Julho de 2004 e que, portanto teve impacto nos custos apenas um semestre em 2004 e a totalidade do exercício de 2005.

A queda dos Proveitos Operacionais fez-se sentir particularmente em Outros Proveitos e Ganhos Operacionais da ordem de 4,3 milhões de Euros, e decorre da não repetição óbvia da indemnização compensatória associada ao sinistro ocorrido em 2004, já que quer as Vendas e Prestação de Serviços registaram um incremento de cerca de 672 mil Euros.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (2.321) mil Euros, contra 3.298 mil Euros em 2004 piorando, em consequência, cerca de 976 mil Euros. Esta evolução deriva do desagravamento dos Encargos Financeiros em 895 mil Euros, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa.

Os Resultados Correntes assumem, assim, a expressão de (1.127) mil Euros, contra 1.248 mil Euros em 2004, somatório dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, homólogos.

O Cash-flow atingiu 4.388 mil Euros, contra 10.414 mil Euros em 2004, registando uma queda de 6.026 mil de Euros, reflexo da redução registada no Resultado Líquido de cerca de 3.488 mil Euros, já amplamente justificado e de uma descida das rubricas Amortizações/Provisões/Ajustamentos de cerca de 2.587 mil Euros, conjugados com um agravamento da tributação autónoma de 15 mil Euros.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência da inversão do sentido do resultado que determinou a degradação dos Capitais Próprios em cerca de 1,4 milhões de Euros, conjugada com a redução do Activo Líquido (8,2 milhões de Euros) atingiu a expressão de 11%, contra o índice de 11,5% verificado em 2004.

O EBITDA registou uma descida de cerca de 5,9 milhões de Euros, em resultado da evolução negativa do resultado.

### **3.1.2 "GRAFILIS - REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A."**

A Grafilis tem por objecto a actividade de pré-imprensa de importância primordial para o trabalho a executar pela Lisgráfica S.A. compreendendo as fases de composição, fotografia, selecção de cores e preparação de fotolitos para posterior impressão.

A Grafilis, com o capital social de 350 mil euros totalmente detido por Gestigráfica, foi criada com base no sector de pré-imprensa que existia na casa mãe e atravessou, nos últimos anos, uma fase complexa de transição tecnológica e comercial.

Apresentamos dados comparativos dos exercícios de 2002 e 2001, últimos de que dispomos.

Em consonância com a tendência verificada ao longo dos últimos anos, as inovações tecnológicas no mercado das artes gráficas em geral e da pré-imprensa em particular, tem levado a alterações significativas nas condições deste mercado.

Os resultados mais visíveis destas alterações traduzem-se na eliminação de algumas etapas no processo produtivo, na simplificação de tarefas e num maior acesso dos editores e dos clientes finais, a novas tecnologias até aqui disponíveis apenas às empresas de pré-imprensa.

Em consequência do acima exposto, mas também da redução da procura fruto do arrefecimento geral da economia, verificou-se um claro sobredimensionamento da generalidade das empresas gráficas face às necessidades de trabalho dos clientes tradicionais. Estes acontecimentos, aliados à necessidade de garantir um volume mínimo de trabalho, agravou o efeito de uma concorrência crescente que se traduziu numa forte descida na tabela de preços praticada.

A Grafilis registou no período um decréscimo de vendas de quase 24% para se situar pouco acima de mEuros 1.540 contra os cerca de mEuros 2.025 do ano anterior, sendo que tal descida se deveu sobretudo à queda dos preços unitários, porquanto o número de empregados necessários à prestação de serviços continuou no mesmo patamar verificado em 2001, cerca de 40 pessoas.

De então para cá, as circunstâncias assinaladas acima que condicionam o mercado da pré-impressão agudizaram-se, a concorrência aumentou, os Grandes Editores apetrecharam-se com equipamentos próprios, e a actividade da Grafilis foi-se reduzindo, restringindo-se quase às necessidades da casa-mãe.

A persistência de tal situação determinou que fosse encarada a redução gradual de efectivos com a consequente atribuição de indemnizações e, em 2005, a absorção dos efectivos remanescentes pela Lisgráfica, momento em que a actividade da Grafilis se anulou.

<b>GRAFILIS</b>		
	<b>Dez/01</b>	<b>Dez/02</b>
<b>Activo Total</b>	<b>2.772.012</b>	<b>2.655.612</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>1.180.355</b>	<b>1.361.023</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>1.591.657</b>	<b>1.294.589</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>52.866</b>	<b>(297.069)</b>
<b>Vendas Líquidas</b>	<b>2.025.491</b>	<b>1.542.447</b>

### **3.1.3 "GESTIGRÁFICA – SOC GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. "**

Empresa Holding que detinha a Heska, entrou no Universo do “Grupo” em meados do exercício de 1999, através da aquisição de 95% do respectivo capital social, operação levada a cabo por razões estratégicas.

Após a mudança de instalações, efectuada durante o exercício de 1998, da Venda Nova para Campo Raso, o exercício de 1999 representou o primeiro ano de cruzeiro da Heska no seu novo habitat.

Especialmente vocacionada para o mercado de folhetos e catálogos publicitários de médias e grandes tiragens, a Heska dedicava-se ainda à impressão e acabamento de revistas de pequena e média tiragens operando, assim, num nicho de mercado complementar da Lisgráfica.

Tratando-se de uma Sociedade Gestora de Participações Sociais, a Lisgráfica reorganizou o organograma das suas subsidiárias, transferindo para a Gestigráfica, as participações que detinha na Grafilis (100%) , Grafimadeira (100%), e Naveprinter (9,02%), que juntou à participação na Heska (95%) que resultou da aquisição da empresa-mãe.

Durante o exercício de 2003 teve lugar um aumento de capital de 2,5 mil Euros na Gestigráfica, tomado pela Heska, envolvendo um prémio de emissão de 10,3 milhões de Euros que conduziu a uma melhoria significativa dos Capitais Próprios da Empresa.

No quadro das decisões tomadas em 2002 de alienação de participações financeiras não estratégicas, ocorreram em 2002 e 2003, respectivamente, a alienação da participação na Grafimadeira aos accionistas locais da participação da Lisgráfica e da Heska da participação detida pela Gestigráfica à Rasográfica, uma vez que as motivações que haviam determinado a sua aquisição estavam ultrapassadas.

Nestas circunstâncias, durante os exercícios de 2004 e 2005 as participações financeiras detidas pela Gestigráfica restringem-se à Grafilis (100%), como já sublinhámos praticamente sem actividade, e à Naveprinter (9,03%), com acordo de venda e preço pré-fixado ao accionista maioritário.

<b>GESTIGRÁFICA</b>		
	<b>Dez/04</b>	<b>Dez/05</b>
<b>Activo Total</b>	<b>13.431.764</b>	<b>13.431.275</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>53.147</b>	<b>54.347</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>13.378.617</b>	<b>13.376.928</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>(31.557)</b>	<b>(1.688)</b>
<b>Vendas Líquidas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### **3.1.4. "GRAFEDISPORT – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A."**

Em resultado do amadurecimento durante o exercício de 2003 de uma ideia traduzida na autonomização da “*Operação Jornais*”, que configurava uma distribuição de risco e investimento, foi estabelecida uma parceria de negócio com o “Gruppo Cofina”, envolvendo a “*impressão de jornais*” com possível extensão ao “*finishing/distribuição*”.

Tal parceria concretizou-se em Janeiro de 2004, através da criação em 7/01/04 de uma nova Empresa de Impressão de Jornais – Grafedisport – detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com um capital social de 2,5 milhões de Euros, realizado no tocante à Lisgráfica através de cedência de equipamentos.

Logisticamente a nova Unidade funciona em termos industriais nas antigas Instalações da Lisgráfica (Departamento de Impressão de Jornais), tendo integrado os trabalhadores daquele Departamento da Lisgráfica e partilhado o espaço e infraestruturas necessárias ao abrigo de um Protocolo de Colaboração.

A Grafedisport herdou a carteira de clientes de jornais da Lisgráfica, cuja fatia principal pertence ao Universo Cofina e, em termos de meios de produção, passou a dispor dos equipamentos transferidos da Lisgráfica, de uma *Rotativa Regiomax* adquirida à MAN Roland, cuja instalação e testes ocorreram durante o 1º trimestre de 2004, e cuja capacidade e características de impressão permitiram a substituição de três rotativas da Lisgráfica.

As duas Rotativas Mercury sobrantes foram transferidas, durante o 1º semestre para a Naveprinter, no quadro de uma operação de permuta de equipamentos de jornais e comerciais, no sentido de harmonizar a impressão dos títulos da edição Norte do Editor Cofina com a edição Sul.

Os meios disponíveis foram complementados com um investimento em “finishing” que consistiu na instalação de *Linhas Muller Martini* que possibilitam o encarte e expedição automática de jornais, à saída da impressão, mas cujo arranque ainda não foi possível concretizar nas condições ideais, com implicação directa no volume de facturação.

Foi também instalado um Novo Sistema de Transporte à Chapa *CreoScitex*, que permite o diálogo on-line entre a redacção e a fábrica, para execução de chapas e impressão dos títulos, com vista a tirar o máximo partido de tal tecnologia.

No final do 1º trimestre de 2006, em data anterior à aprovação das contas do exercício de 2005, ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Gafedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um valor de 2 milhões de Euros, cuja relevação contabilística será processada nas Contas do 1º trimestre de 2006

<b>GRAFEDISPORT</b>		
	<b>Dez/04</b>	<b>Dez/05</b>
<b>Activo Total</b>	<b>12.157.865</b>	<b>11.676.137</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>8.676.767</b>	<b>8.318.900</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>3.481.098</b>	<b>3.357.237</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>(18.902)</b>	<b>(123.861)</b>
<b>Vendas Líquidas</b>	<b>5.610.118</b>	<b>6.095.572</b>

### **3.2 EMPRESAS ASSOCIADAS**

#### **3.2.1 NAVEPRINTER - INDÚSTRIA GRÁFICA DO NORTE, S.A.**

Associação de Lisgráfica, S.A. (41,03%) com a empresa de Jornal de Notícias (37.5%) e um Industrial do Norte, com vista ao desenvolvimento da unidade gráfica inicialmente criada pela Empresa de O Comércio do Porto no concelho da Maia.

Foi concretizada em Agosto de 2004 a alienação da participação directa (32%) da Lisgráfica no capital da Empresa, à Global Notícias, data em que também a posição accionista (20%) do Industrial do Norte foi alienada à mesma Empresa do Grupo PT, que passou a deter cerca de 91%, constituindo o remanescente a posição detida pela Gestigráfica.

Ainda em 2004 foi decidido encerrar o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas e centrar a sua actividade exclusiva na Impressão de Jornais.

Em resultado de tal decisão, a impressão das revistas mais significativas, designadamente as do Editor Lusomundo, passaram para a Lisgráfica – *Grande Reportagem, Notícias Magazine* – e, foi estabelecido um protocolo de compra e venda de equipamentos nos termos do qual a Lisgráfica cedeu as *Rotativas Mercury* que lhe sobraram da operação de autonomização da “Operação Jornais” à Naveprinter para harmonizar a impressão a quatro cores das edições Norte dos títulos da Cofina, enquanto que a Naveprinter cedeu à Lisgráfica uma *Rotativa Heidelberg 850* e uma *Rotativa Heidelberg M300*, sobrantes face ao encerramento do Departamento Comercial e necessárias à Lisgráfica para colmatar a insuficiência de meios resultante do incêndio de Janeiro de 2004 e uma Máquina de Acabamento ponta agrafe *Muller Tempo*.

A evolução das Vendas ilustrada no quadro abaixo entre 2004 e 2005 reflecte a eliminação da facturação do segmento Jornais.

<b>NAVEPRINTER</b>		
	<b>Dez/04</b>	<b>Dez/05</b>
<b>Activo Total</b>	<b>28.598.474</b>	<b>25.862.665</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>20.641.104</b>	<b>17.582.578</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>7.957.370</b>	<b>8.280.087</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>45.509</b>	<b>322.717</b>
<b>Vendas Líquidas</b>	<b>14.030.193</b>	<b>10.297.830</b>

## **4. NOTAS SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS**

### **4.1. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO**

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4 do Anexo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Diferença de consolidação. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas associadas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros em empresas associadas controladas conjuntamente (aqueles onde o Grupo exerce uma influência) são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros, e por outras variações ocorridas nos activos e passivos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

O Grupo suspende a aplicação do método de equivalência patrimonial quando o investimento na associada for reduzido a zero e apenas é reconhecido um passivo se existirem obrigações legais ou construtivas perante associadas ou os seus credores ou se tiverem sido efectuados pagamentos a favor da associada. Se posteriormente a associada apresentar lucros o método de equivalência patrimonial é retomado após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas anualmente e, quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, são registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão até ao limite da imparidade registada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5 do Anexo.

## **4.2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

### **4.2.1. Activos tangíveis**

Os activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. Os activos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local, incluindo custos financeiros incorridos antes de estarem concluídos ou disponíveis para utilização.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao custo do activo respectivo, por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, e começam a ser amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A partir do momento que determinados bens tangíveis passam a ser detidos para venda, cessa a respectiva amortização, e passam a ser classificados como activos não correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização destes activos, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 - 20
Equipamento de transporte	8 - 14
Ferramentas e utensílios	8 - 10
Equipamento administrativo	6 - 16
Outras imobilizações corpóreas	16

#### **4.2.2. Locação financeira e operacional**

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada dos resultados durante o período do contrato de locação.

#### **4.2.3. Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes detidos para venda (ou operações descontinuadas e conjunto de activos e passivos relacionados) são mensurados ao menor do valor contabilístico ou do respectivo valor de venda, deduzido dos custos para vender e são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

**4.2.4. Classificação de balanço**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

**4.2.5. Instrumentos financeiros**

**4.2.5.1. Clientes e dividas de terceiros**

As contas a receber e dividas de terceiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentadas deduzidas de eventuais perdas estimadas de realização, a qual é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o seu valor recuperável, sendo reconhecida na demonstração dos resultados do período.

**4.2.5.2. Caixa e seus equivalentes**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos obtidos”.

**4.2.5.3. Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes**

As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal. As contas a pagar com prazos de pagamento definidos, quando material, são registadas inicialmente ao justo valor.

**4.2.5.4. Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo que, qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

**4.2.6. Existências**

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o FIFO como método de custeio. A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como um custo na demonstração dos resultados. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

**4.2.7. Rérito e especialização dos exercícios**

As vendas referem-se principalmente à impressão de revistas, boletins e listas telefónicas e são reconhecidas na demonstração dos resultados, quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As devoluções são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

**4.2.8. Provisões, passivos e activos contingentes**

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para custos de reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do projecto e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes decorrentes de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo do Grupo, não são registados, sendo contudo objecto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

**4.2.9. Imparidade de activos**

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

**4.2.10. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

**4.2.11. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira**

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada do resultados do período a que respeitam.

**4.2.12. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

### **4.3. PRIMEIRA APLICACÃO DAS IFRS**

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras em resultado da conversão para IFRS são como segue:

**Ajustamentos:**

- **Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento:**

reconhecidas como activo incorpóreo e amortizadas linearmente por resultados.

- **Contas a receber:**

A Lisgráfica tem contas a receber a médio e longo prazo que não vencem juros. De acordo com os IAS/IFRS, os activos financeiros a médio e longo prazo que não vencem juros, devem ser registados ao valor descontado dos *cash flows* futuros. Assim, à data da transição, foi reconhecida uma redução dos activos por contrapartida de resultados transitados, pelo valor da diferença entre o valor presente dos valores a liquidar e a receber a médio e longo prazo e o valor contabilístico registado em POC. Durante os períodos subsequentes, será feita a actualização do valor presente das dívidas a receber a médio e longo prazo, e a variação será registada como um custo líquido de financiamento na demonstração dos resultados.

**Reclassificações:**

- Diversas naturezas de itens, anteriormente registadas em custos diferidos e acréscimos de custos são reclassificadas para outras rubricas de activos e passivos;
- Reclassificação dos custos e proveitos financeiros e extraordinários para outras rubricas da demonstração dos resultados;
- Os activos detidos para venda e operações em descontinuação são evidenciados em rubrica autónoma;

O efeito no Balanço em 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações reexpressas em conformidade com as IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2005, pode ser detalhado como segue:

ACTIVO	31 de Dezembro de 2004		
	POC	Ajustamentos de conversão	IFRS
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Activos intangíveis	252	(252)	-
Activos tangíveis	42.251.932	-	42.251.932
Investimentos em associadas	2.294.187	(221.898)	2.072.289
Outros activos não correntes	5.655.831	6.946.293	12.602.124
Activos detidos para venda	-	948.724	948.724
Impostos diferidos activos	-	-	-
	<b>50.202.202</b>	<b>7.672.867</b>	<b>57.875.069</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Existências	1.709.255	160.599	1.869.854
Clientes e contas a receber	15.631.510	(261.063)	15.370.447
Outros activos correntes	15.102.110	(3.951.362)	11.150.748
Caixa e seus equivalentes	5.684.619	(4.079.456)	1.605.163
	<b>38.127.494</b>	<b>(8.131.282)</b>	<b>29.996.212</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>88.329.696</b>	<b>(458.415)</b>	<b>87.871.281</b>
31 de Dezembro de 2004			
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Ajustamentos de conversão	IFRS	
	POC		
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital atribuível a accionistas			
Capital	20.000.000	-	20.000.000
Acções próprias	(474.121)	-	(474.121)
Diferenças de consolidação	7.196.951	(7.129.728)	67.223
Reservas	1.306.467	-	1.306.467
Resultados transitados	(18.905.723)	6.418.130	(12.487.593)
Resultado líquido do exercício	2.028.915	253.183	2.282.098
Total do capital próprio	<b>11.152.489</b>	<b>(458.415)</b>	<b>10.694.074</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos obtidos	22.073.858	(3.595.055)	18.478.803
Fornecedores e contas a pagar	-	9.763.537	9.763.537
Provisões	1.117.180	-	1.117.180
Outros passivos não correntes	17.337.397	(9.763.537)	7.573.860
	<b>40.528.435</b>	<b>(3.595.055)</b>	<b>36.933.380</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Empréstimos obtidos	6.219.262	6.390.263	12.609.525
Fornecedores e contas a pagar	16.268.882	1.269.535	17.538.417
Outros passivos correntes	14.160.628	(4.064.743)	10.095.885
	<b>36.648.772</b>	<b>3.595.055</b>	<b>40.243.827</b>
Total do passivo	<b>77.177.207</b>	<b>-</b>	<b>77.177.207</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>88.329.696</b>	<b>(458.415)</b>	<b>87.871.281</b>

**5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO**

Em anexo juntam-se o Balanço e as Demonstrações de Resultados Consolidados em 31/12/05, bem como o Anexo a tais Demonstrações Financeiras e a Demonstração de Fluxos de Caixa.

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente preparadas de acordo com aqueles princípios, considerando adicionalmente as disposições do IFRS 1 na determinação dos ajustamentos efectuados à data de 1 de Janeiro de 2004.

Da respectiva análise, bem como dos comentários que acima deixamos, poderão Vossas Excelências aquilatar da situação e evolução das Empresas do " Grupo Lisgráfica" no exercício em apreciação que, conforme sublinhámos profusamente, operaram em situação de conjuntura desfavorável.

O Resultado Líquido Consolidado Antes de Impostos foi negativo e atingiu a expressão de (1.127.244) euros no exercício em apreciação, contra 2.345.738 euros no ano anterior; o efeito tributário nas várias empresas, fez agravar aquele resultado consolidado para (1.205.844) euros, contra um resultado positivo alcançado em 2004 de Euros 2.282.098.

Os Resultados Operacionais atingiram 1.193.914 euros, em 2005, contra 4.545.535 euros em 2004, enquanto que os Resultados Financeiros se situaram em (2.321.158) euros, contra (3.297.568) euros em 2004, registando-se no exercício de 2004, sem paralelo no exercício em apreciação, Resultados Obtidos em operações de descontinuação com a extensão de 1.097.771 euros, e os Meios Libertos, após função financeira e antes da tributação, atingiram 4.670.920 euros, contra 10.730.354 euros em 2004.

Tomando como base os dados da conjuntura relativos ao primeiro trimestre e as estimativas macro-económicas para 2006 do Banco de Portugal, somos levados a admitir que tal exercício, não será ainda bafejado por um clima de retoma consistente mas, pelo menos estarão afastadas as perspectivas de recessão que caracterizaram a economia portuguesa durante os últimos anos.

Ciente de tal realidade, a Lisgráfica tomou em devido tempo as medidas que considerou adequadas para minorar os efeitos de tal conjuntura preservando sempre as características que identificam a empresa no panorama do sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância.

Tais medidas tiveram já efeitos visíveis nos exercícios precedentes, e espera-se que produzam consequências mais consistentes em 2006, uma vez que tendo reforçado os meios da equipa de Controlo da Produção se tornará mais eficaz o controlo dos índices de produtividade dos recursos disponíveis, visando a optimização da relação custo/produção prosseguindo, desse modo, o processo de adaptação dos recursos materiais e humanos às actuais condições de mercado.

A construção do Programa Económico – Financeiro para o ano de 2006 foi feita em moldes conservadores, admitindo para *Revistas* e *Suplementos* as receitas derivadas dos títulos novos contratados, supondo que os títulos antigos serão conservados com nível de facturação idêntico ao registado em 2005, reflectindo um crescimento da ordem dos 10%, tendo em linha de conta que a concorrência e esmagamento de margens ainda perdurará adoptando, em consequência, um *pricing* ajustado a tal realidade, a criação de uma nova Família denominada *Exportação*, corporizando um esforço de viragem para o mercado exterior, e no pressuposto de que as Vendas no Segmento de *Folhetos/Catálogos* e *Listas Telefónicas*, traduzirão um crescimento de 50% e um decréscimo de 10%, respectivamente pressupostos que, em conjunto, reflectem uma estimativa de crescimento global da ordem dos 8%.

Dos elementos já conhecidos do 1º trimestre do ano em curso, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos ligeiramente abaixo do Programa Económico fixado, enquanto que em matéria de Custos nos situamos também um pouco abaixo, compensando, de certo modo, o desvio da Receita, desempenhos que nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2006.

Detentora de certificado emitido pela APCER em 15/12/2003, através do qual se produziu a transição da Norma NP EN ISO 9001:1995 para a Norma NP EN ISO 9001:2000 foi a Lisgráfica no decurso do 1º semestre de 2005 objecto de uma auditoria de acompanhamento no âmbito da Certificação de Qualidade, tendente a verificar a adequação dos procedimentos da Empresa a tal Norma.

Em 2006 irá a Empresa ser sujeita a nova auditoria, por parte da Entidade Certificadora, no sentido de avaliação das condições de renovação, por três anos, da qualidade de “Empresa Certificada” ao abrigo da Norma NP EN ISO 9001:2000.

Entretanto, estamos a desenvolver os procedimentos necessários à inclusão das Normas Ambientais no SGI – Sistema de Gestão Integrado, por forma a adequá-los à Norma NP EN ISO 14001:2004.

No final do 1º trimestre de 2006, em data anterior à aprovação das Contas do exercício de 2005, ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Gрафedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um valor de 2 milhões de Euros, cuja relevação contabilística será processada nas Contas do 1º trimestre de 2006.

Tendo sido arrastada para o último trimestre do exercício de 2005 a instalação da Máquina de *Acabamento Muller Tempo*, adquirida à Naveprinter, estão projectados para 2006 os seguintes investimentos:

- **DITP:** Alteração na área da produção de chapas com a passagem para a utilização de chapas negativas, que permitem um aumento qualitativo na impressão e recorrendo a um menor consumo de laser e a um aumento da velocidade de processamento.
- **GMI:** Sistema automático de afinação e controlo de cor através de câmaras; o sistema permite a manutenção da qualidade de impressão ao longo de toda a tiragem, evitando afinações manuais.

- Stacker Forte: Empilhador com sistema de compensação, para processamento de trabalhos comerciais que irá permitir a feitura de maços standard, com elevado grau de qualidade. Irá ser utilizado para trabalhos tipo folhetos, podendo no entanto servir de backup às linhas em que irá ser instalado.

Durante o exercício continuarão as diligências tendentes ao desenvolvimento do projecto imobiliário, a conduzir em colaboração com o ESAF e Gabinetes de Consultadoria Externa, por forma a obter o loteamento e aproveitamento urbanístico adequados às áreas não necessárias ao desenvolvimento industrial tendo já sido levada a cabo, a solicitação da Câmara de Oeiras, um estudo de tráfego com vista a avaliar o impacto associado ao estudo prévio apresentado.

No âmbito de tal projecto será edificada durante o exercício de 2006 uma instalação para recolha e tratamento de aparas de papel, resultante da operação, com vista ao respectivo tratamento e reciclagem.

## **6. NOTAS FINAIS**

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções próprias, ao mesmo tempo que, tendo renunciado à subscrição dos direitos de accionista, no aumento de capital do BCP, mantém na sua carteira de títulos 110.713 acções daquela Instituição Financeira.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos immobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio e a pôr ao seu serviço o melhor da nossa experiência e competência.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições.

O Conselho de Administração manifesta o seu profundo pesar pelo recente falecimento do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empresa, Senhor Dr. João Moraes Leitão, perante cuja memória se curva, com o testemunho da maior consideração e respeito e recorda, com saudade, as palavras de apoio, amizade e incentivo que dele sempre recebeu.

*Queluz de Baixo, 31 de Março de 2006*

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocínio- Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2005	2004
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Activos tangíveis	11	39.151.649	42.251.932
Investimentos em associadas	12	2.086.369	2.072.289
Outros activos não correntes	13	13.110.808	12.602.124
Activos detidos para venda	29	223.099	948.724
		<u>54.571.925</u>	<u>57.875.069</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Existências	14	1.921.886	1.869.854
Clientes e contas a receber	15	8.729.154	15.370.447
Outros activos correntes	16	13.843.615	11.150.748
Caixa e seus equivalentes	17	817.246	1.605.163
		<u>25.311.901</u>	<u>29.996.212</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u>79.883.826</u>	<u>87.871.281</u>
<hr/> <b>CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO</b> <hr/>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital	18	20.000.000	20.000.000
Acções próprias	18	(474.121)	(474.121)
Diferenças de consolidação	18	67.223	67.223
Reservas	18	1.256.664	1.306.467
Resultados transitados	18	(10.155.692)	(12.487.593)
Resultado líquido do exercício	18	(1.205.844)	2.282.098
Total do capital próprio		<u>9.488.230</u>	<u>10.694.074</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos obtidos	19	12.909.099	18.478.803
Fornecedores e contas a pagar	22	8.305.577	9.763.537
Provisões	20	453.012	1.117.180
Outros passivos não correntes	21	7.832.086	7.573.860
		<u>29.499.774</u>	<u>36.933.380</u>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Empréstimos obtidos	19	12.259.094	12.609.525
Fornecedores e contas a pagar	22	16.724.842	17.538.417
Outros passivos correntes	23	11.911.886	10.095.885
		<u>40.895.822</u>	<u>40.243.827</u>
Total do passivo		<u>70.395.596</u>	<u>77.177.207</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u>79.883.826</u>	<u>87.871.281</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>PROVEITOS OPERACIONAIS:</b>			
Vendas	6	35.023.594	34.351.486
Outros proveitos operacionais		3.032.362	7.370.721
Total de proveitos operacionais		<u>38.055.956</u>	<u>41.722.207</u>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS:</b>			
Custo das mercadorias vendidas	7	(9.776.868)	(8.392.346)
Fornecimentos e serviços externos		(9.167.548)	(8.231.054)
Custos com pessoal	8	(11.501.880)	(10.908.918)
Amortizações	11	(5.663.311)	(6.770.477)
Provisões e perdas por imparidade	20	(134.854)	(1.614.139)
Outros custos operacionais		<u>(617.581)</u>	<u>(1.259.738)</u>
Total de custos operacionais		<u>(36.862.042)</u>	<u>(37.176.672)</u>
Resultados operacionais		<u>1.193.914</u>	<u>4.545.535</u>
<b>RESULTADOS FINANCEIROS:</b>			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	9	(2.335.238)	(3.349.653)
Ganhos e perdas em empresas associadas	12	14.080	52.085
		<u>(2.321.158)</u>	<u>(3.297.568)</u>
Resultados obtidos em operações em descontinuação	29	-	1.097.771
Resultados antes de impostos		<u>(1.127.244)</u>	<u>2.345.738</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício		(78.600)	(63.640)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(1.205.844)</u>	<u>2.282.098</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(1.205.844)</u>	<u>2.282.098</u>
Resultado por acção			
Básico	28	-	0,0571
Diluído	28	-	0,0296

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa						Total do capital próprio
	Capital	Prémio de emissão de acções	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	20.000.000	(474.121)	8.056.991	28.937.353	(42.248.987)	(5.147.662)	9.123.574
Impacto da adopção dos IFRS em 1 de Janeiro de 2004	-	-	(7.129.728)	-	6.418.130	-	(711.598)
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	20.000.000	(474.121)	927.263	28.937.353	(35.830.857)	(5.147.662)	8.411.976
Transferências	-	-	(860.040)	(27.630.886)	28.490.926	-	-
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(5.147.662)	5.147.662	-
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.282.098	2.282.098
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	20.000.000	(474.121)	67.223	1.306.467	(12.487.593)	2.282.098	10.694.074
Transferências	-	-	-	(151.249)	151.249	-	-
Aplicação de resultados	-	-	-	101.446	2.180.652	(2.282.098)	-
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.205.844)	(1.205.844)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	20.000.000	(474.121)	67.223	1.256.664	(10.155.692)	(1.205.844)	9.488.230

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alteração no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 31 de Março de 2006.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelos *"Internacional Financial Reporting Interpretation Committee"* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee*. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente preparadas de acordo com aqueles princípios, considerando adicionalmente as disposições do IFRS 1 na determinação dos ajustamentos efectuados à data de 1 de Janeiro de 2004. As divulgações requeridas pelo IFRS 1, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para os IFRS, são apresentados na Nota 30. O efeito dos ajustamentos relacionados com a adopção dos IFRS, reportados a 1 de Janeiro de 2004, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido pelo IFRS 1.

### 2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

#### a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica "Interesses minoritários". As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Diferença de consolidação. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (aqueles onde o Grupo exerce uma influência) são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros, e por outras variações ocorridas nos activos e passivos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

O Grupo suspende a aplicação do método de equivalência patrimonial quando o investimento na associada for reduzido a zero e apenas é reconhecido um passivo se existirem obrigações legais ou construtivas perante associadas ou os seus credores ou se tiverem sido efectuados pagamentos a favor da associada. Se posteriormente a associada apresentar lucros o método de equivalência patrimonial é retomado após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas anualmente e, quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, são registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão até ao limite da imparidade registada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

2.3 Activos tangíveis

Os activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. Os activos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local, incluindo custos financeiros incorridos antes de estarem concluídos ou disponíveis para utilização.

Decorrente da excepção prevista no IRFS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos dos IRFS.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao custo do activo respectivo, por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, e começam a ser amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A partir do momento que determinados bens tangíveis passam a ser detidos para venda, cessa a respectiva amortização, e passam a ser classificados como activos não correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais".

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização do valor destes activos, deduzido do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 - 20
Equipamento de transporte	8 - 14
Ferramentas e utensílios	8 - 10
Equipamento administrativo	6 - 16
Outras imobilizações corpóreas	16

#### 2.4 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada dos resultados durante o período do contrato de locação.

## 2.5 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes detidos para venda (ou operações descontinuadas e conjunto de activos e passivos relacionados) são mensurados ao menor do valor contabilístico ou do respectivo valor de venda, deduzido dos custos para vender e são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

## 2.6 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

## 2.7 Instrumentos financeiros

### 2.7.1 Clientes e dívidas de terceiros

As contas a receber e dívidas de terceiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentadas deduzidas de eventuais perdas estimadas de realização, a qual é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o seu valor recuperável, é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício.

### 2.7.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes comprehende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos obtidos".

### 2.7.3 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal. As contas a pagar com prazos de pagamento definidos, quando material, são registadas inicialmente ao justo valor.

### 2.7.4 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Em períodos subseqüentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo que, qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

## 2.8 Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o FIFO ("primeiras entradas, primeiras saídas") como método de custeio. A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como um custo na demonstração dos resultados. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

## 2.9 Rérito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se principalmente à impressão de revistas, boletins e listas telefónicas e são reconhecidas na demonstração dos resultados, quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As devoluções são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

## 2.10 Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para custos de reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do projecto e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes decorrentes de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo do Grupo, não são registados, sendo contudo objecto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

## 2.11 Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros proveitos operacionais". Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

#### **2.12 Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – "Imposto sobre o rendimento". Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

#### **2.13 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira**

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que respeitam.

#### **2.14 Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

### **3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS**

Durante o exercício de 2005 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira comparativa apresentada.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, em resultado de incertezas inerentes à actividade, a base dos valores estimados é baseada na última informação disponível fiável. Consequentemente a revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

Quando são identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, de acordo com os IFRS, procede-se à correcção retrospectiva da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do período em que são identificados.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		2005	2004
LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Lisgráfica")	Barcarena	Mãe	Mãe
GESTIGRÁFICA- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") (a)	Barcarena	100	100
GRÁFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Gráfilis")	Barcarena	100	100

(a) No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascendeu a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o acordo é irrevogável.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

5. EMPRESAS ASSOCIADAS

A empresa associada, respectiva sede e a proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é o seguinte:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		2005	2004
GRAFEDISPORT – Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Grafedisport")	Barcarena	50	50

A empresa associada foi incluída na consolidação pelo método de equivalência patrimonial conforme indicado na Nota 2.2.b).

6. VENDAS POR NATUREZA

As vendas consolidadas, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são como segue:

	2005	2004
Revistas semanais	11.637.294	12.139.302
Revistas mensais	5.699.583	5.876.663
Suplementos	7.379.364	6.137.419
Listas	5.612.692	5.914.868
Bolhetins	579.574	676.716
Folhetos	4.115.087	3.606.518
	<u>35.023.594</u>	<u>34.351.486</u>

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2005	2004
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.442.384	8.320.976
Mercadorias vendidas	334.484	71.370
	<u>9.776.868</u>	<u>8.392.346</u>

8. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os custos com pessoal foram como segue:

	2005	2004
Salários e outras remunerações	9.062.951	8.520.018
Encargos sobre remunerações	2.234.353	2.049.365
Outros	204.576	339.535
	<u>11.501.880</u>	<u>10.908.918</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 399 e 383 empregados, respectivamente.

9. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados	2.353.743	3.387.256
Descontos de pronto pagamento concedidos	118.212	114.618
Diferenças de câmbio desfavoráveis	418	674
Outros custos financeiros	267.009	177.571
	<u>2.739.382</u>	<u>3.680.119</u>
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	80.728	40.221
Diferenças de câmbio favoráveis	308	613
Rendimentos em participações financeiras	7.528	9.964
Descontos de pronto pagamento obtidos	786	17.209
Reversões de perdas por imparidade de aplicações de tesouraria	48.713	9.276
Outros proveitos financeiros	266.081	253.183
	<u>404.144</u>	<u>330.466</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>2.335.238</u>	<u>3.349.653</u>

10. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas do Grupo Lisgráfica encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2005, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 6.357.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

2007	99.000
2008	6.187.000
2011	71.000
	-----
	6.357.000
	=====

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O Grupo optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação, em consequência dos mesmos não serem realizáveis ou exigíveis no período de reversão das respectivas diferenças temporárias. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com ajustamentos e provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 1.975.000 Euros e passivos por impostos diferidos de, aproximadamente, 515.000 Euros.

(a) Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o imposto sobre o rendimento é como segue:

	31-12-2005	31-12-2004
Resultado antes de impostos	(1.205.844)	2.282.098
Taxa nominal de imposto	27,5%	27,5%
	(331.607)	627.577
Prejuízos fiscais utilizados	-	(4.760.957)
Prejuízos fiscais a reportar	70.736	-
Diferenças permanentes (i)	260.871	4.133.380
Ajustamentos à colecta (ii)	63.350	59.631
Correcções à matéria tributável de exercícios anteriores	-	-
Imposto sobre o rendimento	63.350	59.631
Taxa efectiva de imposto	-5,25%	2,61%

(i) Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, este montante tinha a seguinte composição:

	31-12-2005	31-12-2004
Depreciações e amortizações não aceites fiscalmente	140.517	847.759
IRC e outros impostos incidentes directa ou indirectamente sobre lucros	78.600	63.640
Multas, coimas, juros compensatórios pela prática infracções	343.688	36.998
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	100.804	56.329
Mais valias contabilísticas	(20.199)	(3.035.166)
Menos valias contabilísticas	-	4.047.373
Mais valias fiscais	20.199	17.283.211
Menos valias fiscais	-	(1.749.808)
Reavaliação activos tangíveis	60.500	94.700
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	61.931	9.451
Correção de contratos de locação financeira	484.439	603.183
Redução de provisões tributadas	(183.197)	(4.547.875)
Correção de mais-valia diferida em contrato de locação financeira	(76.011)	(114.601)
Outras rubricas, líquidas	(62.651)	1.435.278
	<hr/> 948.620	<hr/> 15.030.472
Taxa nominal de imposto	27,5%	27,5%
	<hr/> 260.871	<hr/> 4.133.380

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas.

11. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi como segue:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
<u>Valor bruto</u>									
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	51.163.987	115.782.774	701.603	60.282	1.408.843	773.123	2.035.178	1.250.000	173.175.790
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	51.163.987	115.782.774	701.603	60.282	1.408.843	773.123	2.035.178	1.250.000	173.175.790
Aquisições	29.804	1.183.525	476.430	-	1.440	19.440	107.469	-	1.818.108
Alienações e abates	(50.685.530)	(14.246.707)	(86.982)	-	-	-	(1.851.929)	-	(66.871.148)
Transferências	-	1.378.772	-	-	-	-	(128.772)	(1.250.000)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	508.261	104.098.364	1.091.051	60.282	1.410.283	792.563	161.946	-	108.122.750
Aquisições	-	2.062.187	95.812	-	12.544	2.650	359.835	30.000	2.563.028
Alienações e abates	-	(3.484.458)	-	-	(118.531)	(6.091)	-	-	(3.609.080)
Transferências	-	95.170	-	-	-	-	(95.170)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	508.261	102.771.263	1.186.863	60.282	1.304.296	789.122	426.611	30.000	107.076.698
 <u>Edifícios e outras construções</u>									
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Imobilizações em curso	Total
<u>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</u>									
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	(10.728.116)	(65.983.077)	(423.003)	(34.224)	(839.916)	(208.703)	-	-	(78.217.039)
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	(10.728.116)	(65.983.077)	(423.003)	(34.224)	(839.916)	(208.703)	-	-	(78.217.039)
Reforço do exercício	(507.973)	(5.946.931)	(155.473)	(6.089)	(120.662)	(33.349)	-	-	(6.770.477)
Reduções por alienações e abates	10.913.719	8.145.868	57.111	-	-	-	-	-	19.116.698
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(322.370)	(63.784.140)	(521.365)	(40.313)	(960.578)	(242.052)	-	-	(65.870.818)
Reforço do exercício	-	(5.333.575)	(176.033)	(6.021)	(113.871)	(33.811)	-	-	(5.663.311)
Reduções por alienações e abates	-	3.484.458	-	-	118.531	6.091	-	-	3.609.080
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(322.370)	(65.633.257)	(697.398)	(46.334)	(955.918)	(269.772)	-	-	(67.925.049)
 <u>Terrenos, edifícios e outras construções</u>									
	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Imobilizações em curso	Total
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004	185.891	40.314.224	569.686	19.969	449.705	550.511	161.946	-	42.251.932
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005	185.891	37.138.006	489.465	13.948	348.378	519.350	426.611	30.000	39.151.649

Em 31 de Dezembro de 2005, o equipamento básico incluía custos de empréstimos obtidos de 1.586.606 Euros, incorridos em exercícios anteriores, por serem directamente atribuíveis à aquisição de activos tangíveis, essencialmente equipamentos básicos, os quais estão a ser amortizados entre 10 e 20 anos.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2005		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	63.698.851	40.558.097	23.140.754
Equipamento de transporte	846.137	453.360	392.777
Equipamento administrativo	79.745	54.422	25.323
Ferramentas e utensílios	36.617	26.700	9.917
	<b><u>64.661.350</u></b>	<b><u>41.092.579</u></b>	<b><u>23.568.771</u></b>
	2004		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	69.683.556	42.539.988	27.143.568
Equipamento de transporte	797.755	341.352	456.403
Equipamento administrativo	79.745	42.603	37.142
Ferramentas e utensílios	36.617	22.123	14.494
	<b><u>70.597.673</u></b>	<b><u>42.946.066</u></b>	<b><u>27.651.607</u></b>

Conforme mencionado na Nota 2.4), o Grupo regista estes bens pelo método financeiro.

## 12. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nos investimentos financeiros foram como segue:

	Investimentos em associadas	Empréstimos a empresas associadas (Nota 25)	Total
<u>Valor bruto</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	-	-	-
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	-	-	-
Aquisições do período	1.250.000	500.000	1.750.000
Outros movimentos	(380.056)	-	(380.056)
Aplicação do método da equivalência patrimonial	66.560	-	66.560
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	936.504	500.000	1.436.504
Aplicação do método da equivalência patrimonial	14.080	-	14.080
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<b><u>950.584</u></b>	<b><u>500.000</u></b>	<b><u>1.450.584</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas, é como segue:

Denominação	Sede	Activo total	Proveitos totais	Capital próprio	Resultado do exercício	Percentagem efectiva do Grupo	Valores de balanço	Perdas por imparidade de investimentos financeiros	Valor líquido
Empresas associadas: Grafedisport (a)	Barcarena	11.676.137	6.264.461	3.357.237	(123.861)	50%	950.584	-	950.584
Empréstimos concedidos: Grafedisport (a)	Barcarena	11.676.137	6.264.461	3.357.237	(123.861)	50%	500.000	-	500.000
Total							1.450.584	-	1.450.584

- (a) Os valores apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa associada em 31 de Dezembro de 2005. Esta participação financeira encontra-se registada pelo método da equivalência patrimonial. O valor do investimento financeiro foi deduzido da mais-valia inicialmente apurada no exercício de 2004 relativa à realização em espécie do capital da Gafedisport, actualmente de 228.035 Euros. Os capitais próprios da empresa associada incluem 1.000.000 Euros de prestações acessórias.

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, foram registados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os seguintes movimentos nas rubricas “Investimentos em associadas”:

Denominação	Ganhos (perdas) em empresas associadas	
	2005	2004
Gafedisport	14.080	66.560

O aumento verificado na rubrica “Investimentos em associadas” foi como segue:

	2005	2004
Reconhecimento de mais-valia (a)	76.011	76.011
Perdas em empresas do grupo e associadas	(61.931)	(9.451)
	14.080	66.560

- (a) Em 7 de Janeiro de 2004 a Lisgráfica subscreveu e realizou uma participação financeira de 50% no capital da Gafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Gafedisport”) de 1.250.000 Euros e realizou prestações acessórias de 500.000 Euros mediante a entrega de activos fixos corpóreos avaliados em 1.750.000 Euros. Em resultado desta operação o valor do investimento financeiro na Gafedisport encontra-se deduzido de metade do valor líquido da mais-valia apurada na entrega dos referidos activos no montante de 228.035 Euros tendo sido reconhecidos 76.011 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

### 13. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005		2004			
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido
Gilda Press, S.A.	8.927.156	(8.339.823)	587.333	8.929.081	(8.339.823)	589.258
Gestprint (Nota 25)	5.550.207	-	5.550.207	5.051.609	-	5.051.609
Rasográfica	1.846.429	-	1.846.429	2.866.837	-	2.866.837
Depósitos a prazo (a)	5.023.143	-	5.023.143	4.079.456	-	4.079.456
Títulos e outras aplicações financeiras	114.724	(99.760)	14.964	114.724	(99.760)	14.964
Outras contas a receber	88.732	-	88.732	-	-	-
	<u>21.550.391</u>	<u>(8.439.583)</u>	<u>13.110.808</u>	<u>21.041.707</u>	<u>(8.439.583)</u>	<u>12.602.124</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2005, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 24).

14. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005			2004		
	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido
Mercadorias	-	-	-	134.484	(134.484)	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.849.113	(4.630)	1.844.483	1.760.122	(4.630)	1.755.492
Produtos e trabalhos em curso	77.403	-	77.403	114.362	-	114.362
	<u>1.926.516</u>	<u>(4.630)</u>	<u>1.921.886</u>	<u>2.008.968</u>	<u>(139.114)</u>	<u>1.869.854</u>

15. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005			2004		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido
Clientes	<u>18.962.703</u>	<u>(10.233.549)</u>	<u>8.729.154</u>	<u>25.871.239</u>	<u>(10.500.792)</u>	<u>15.370.447</u>

16. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005			2004		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 20)	Valor líquido
Estado e outros Entes Públicos (Nota 24)	718.026	-	718.026	707.701	-	707.701
Devedores diversos	8.073.484	(146.822)	7.926.662	5.453.822	(126.081)	5.327.741
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 25)	4.654.526	-	4.654.526	4.221.371	-	4.221.371
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	81.996	-	81.996	62.313	-	62.313
Acréscimos e Diferimentos	462.405	-	462.405	831.622	-	831.622
	<u>13.990.437</u>	<u>(146.822)</u>	<u>13.843.615</u>	<u>11.276.829</u>	<u>(126.081)</u>	<u>11.150.748</u>

17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Numerário	2.837	1.449
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	556.448	1.394.466
Aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis (a)	629.972	629.972
	<u>1.189.257</u>	<u>2.025.887</u>
Descobertos bancários (Nota 19)	(998.235)	(752.394)
	<u>191.022</u>	<u>1.273.493</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica encontrava-se deduzida da perda de valor a essas datas de 372.011 Euros e 420.724 Euros, respectivamente (Nota 20).

18. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Composição de capital: Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o capital da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	Nº de acções	Percentagem
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	2.924.521	73,11
Outros, inferiores a 10% do capital	1.075.479	26,89
	-----	-----
	4.000.000	100,00
	=====	=====

Prémios de emissão de acções: O valor registado nesta rubrica resulta dos ágios obtidos nos aumentos de capital ocorridos em exercícios anteriores. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Aplicação de resultados: Conforme aprovado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 27 de Abril de 2005 foi decidido transferir 5% do resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apurado de acordo com os princípios contabilísticos Portugueses, para “Reserva legal” no valor de 101.446 Euros e o remanescente para resultados transitados, no valor de 1.927.469 Euros.

19. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005		2004	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	3.723.177	9.491.949	4.248.029	11.292.140
Outros empréstimos (b)	7.537.682	3.417.150	4.813.894	7.186.663
Descobertos bancários (c)	998.235	-	752.394	-
Credores por locações financeiras (d)	2.152.289	8.305.577	3.248.612	9.763.537
<i>Factoring</i>	-	-	2.795.208	-
	<u>14.411.383</u>	<u>21.214.676</u>	<u>15.858.137</u>	<u>28.242.340</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	2005		2004	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI") (i)	573.616	1.733.325	997.596	1.621.093
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (ii)	933.891	7.358.624	-	8.292.515
Outros (iii)	<u>2.215.670</u>	<u>400.000</u>	<u>3.250.433</u>	<u>1.378.532</u>
	<u><u>3.723.177</u></u>	<u><u>9.491.949</u></u>	<u><u>4.248.029</u></u>	<u><u>11.292.140</u></u>

(i) Empréstimo concedido à Lisgráfica que vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos e a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.

Como garantia deste empréstimo a Lisgráfica constituiu em favor da referida instituição bancária várias garantias reais, assim como deu em penhor, elementos do seu activo, no valor total de cerca de 5.450.000 Euros.

- (ii) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00%.
- (iii) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.094.855 Euros que não possuem um plano de reembolso definido, tendo sido classificados como "Empréstimos correntes".

Em 31 de Dezembro de 2005, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

2006	3.723.177
2007	1.936.854
2008	1.567.702
2009	1.430.441
2010	2.278.476
2011	<u>2.278.476</u>
	<u><u>13.215.126</u></u>

(b) Em 31 de Dezembro de 2005, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

	2005		2004	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos por obrigações	299	-	299	-
Papel comercial (i)	7.250.000	1.788.648	4.625.000	5.363.580
IAPMEI (ii)	<u>287.383</u>	<u>1.628.502</u>	<u>188.595</u>	<u>1.823.083</u>
	<u><u>7.537.682</u></u>	<u><u>3.417.150</u></u>	<u><u>4.813.894</u></u>	<u><u>7.186.663</u></u>

(i) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2006	7.250.000
2007	1.075.232
2008	713.416
	<u>9.038.648</u>

(ii) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 1.005.840 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2005, o valor em dívida ascendia a 1.915.885 Euros.

(c) Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado.

## 20. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE E DE VALOR ACUMULADAS

O movimento nas contas de provisões e perdas por imparidade e de valor nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é conforme segue:

	Provisões para actividade operacional	Perdas em investimentos financeiros	Activos não correntes (Nota 13)	Existências (Nota 14)	Clientes e contas a receber (Nota 15)	Outros activos correntes (Nota 16)	Aplicações Tesouraria (Nota 17)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	1.620.000	3.795.470	8.439.583	23.350	9.413.965	121.519	430.000	23.843.887
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS								
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	1.620.000	3.795.470	8.439.583	23.350	9.413.965	121.519	430.000	23.843.887
Aumentos	385.516	-	-	134.484	1.089.577	4.562	-	1.614.139
Reduções	-	-	-	-	-	-	(9.276)	(9.276)
Reclassificações e utilizações	(743.129)	(3.795.470)	-	(18.720)	(2.750)	-	-	(4.560.069)
Outras variações	(145.207)	-	-	-	-	-	-	(145.207)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	1.117.180	-	8.439.583	139.114	10.500.792	126.081	420.724	20.743.474
Aumentos	-	-	-	-	114.113	20.741	-	134.854
Reduções	(664.168)	-	-	(134.484)	(381.356)	-	(48.713)	(1.228.721)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	453.012	-	8.439.583	4.630	10.233.549	146.822	372.011	19.649.607

21. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição, com o respectivo plano de pagamentos:

	2005			
	2007	2008	2009 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públcos - dívidas integradas em planos de pagamento (Nota 24)	869.197	869.197	4.077.832	5.816.226
Dívida à Siegwerk	553.599	553.599	-	1.107.198
Dívida à Sunchemical	663.677	-	-	663.677
Outros passivos não correntes	244.985	-	-	244.985
	<u>2.331.458</u>	<u>1.422.796</u>	<u>4.077.832</u>	<u>7.832.086</u>
2004				
	2006	2007	2008	2009 e seguintes
Estado e outros Entes Públcos - dívidas integradas em planos de pagamento	544.779	869.197	869.197	4.077.832
Dívida à Sunchemical	473.552	-	-	-
Dívida à Stehlin	32.052	-	-	32.052
Outros acordos com fornecedores	246.266	-	-	246.266
Outros passivos não correntes	460.985	-	-	460.985
	<u>1.757.634</u>	<u>869.197</u>	<u>869.197</u>	<u>4.077.832</u>
				<u>7.573.860</u>

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005 o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início ocorrido em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 4.438.690 e 3.226.785 Euros, respectivamente (Nota 26). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações para a Empresa até ao final da execução das medidas.

22. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005		2004	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	12.160.521	-	12.805.167	-
Credores por locações financeiras (a)	2.152.289	8.305.577	3.248.612	9.763.537
Contas a pagar:				
Rappel a liquidar	829.453	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	377.622	-	327.213	-
Remunerações a liquidar	1.071.761	-	1.061.275	-
Juros a liquidar	133.196	-	96.150	-
	<u>16.724.842</u>	<u>8.305.577</u>	<u>17.538.417</u>	<u>9.763.537</u>

(a) O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

	2005	2004
2005	-	3.248.612
2006	2.152.289	-
	<hr/>	<hr/>
2006	-	3.276.540
2007	2.847.298	2.628.394
2008	2.333.254	3.246.416
2009	2.141.896	612.187
2010	983.129	-
	<hr/>	<hr/>
	8.305.577	9.763.537
	<hr/>	<hr/>
	10.457.866	13.012.149

### 23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Fornecedores de imobilizado	2.637.213	3.173.774
Credores diversos:		
Investec Media SGPS	1.200.000	-
Imosegur	97.401	162.641
Outros	303.119	209.185
Estado e outros Entes Públicos (Nota 24)	2.697.721	2.311.193
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 25)	4.285.506	3.463.715
Proveitos diferidos	690.926	775.377
	<hr/>	<hr/>
	11.911.886	10.095.885

### 24. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005		2004	
	Saldos devedores (Nota 16)	Saldos credores (Notas 21 e 23)	Saldos devedores (Nota 16)	Saldos credores (Notas 21 e 23)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	132.489	(63.350)	89.989	(123.202)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	585.537	(837.067)	617.712	(1.088.103)
Contribuições para a Segurança Social	-	(664.999)	-	(5.074.814)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	(218.128)	-	(2.334.973)
Dívidas integradas em planos de pagamento (b)	-	(6.685.423)	-	-
Outros	<hr/>	(44.980)	<hr/>	(51.106)
	718.026	<hr/>	707.701	<hr/>
	(8.513.947)		(8.672.198)	

(a) O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas apresenta o seguinte detalhe:

	2005	2004
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	(78.600)	(127.211)
Retenções efectuadas por terceiros	<u>15.250</u>	<u>4.009</u>
	<u><u>(63.350)</u></u>	<u><u>(123.202)</u></u>

(b) Em 31 de Dezembro de 2005 as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, das quais 869.197 Euros estão classificadas como Passivos correntes, sendo o restante, 5.816.226 Euros, considerado como Passivos não correntes (Nota 21).

As contas a pagar relativas a IVA, Segurança Social e outros impostos incluem valores vencidos de 439.850 Euros, 1.121 Euros e 33.582 Euros, respectivamente, que não se encontram incluídos no Procedimento Extrajudicial de Conciliação.

## 25. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquela data, são os seguintes:

	2005					
	Contas a receber		Contas a pagar	Empréstimos de financiamento	Outros proveitos operacionais	Fornecimentos e serviços externos
	Corrente (Nota 16)	Não Corrente (Nota 13)	(Nota 23)	(Nota 12)		
Gestprint	1.426.602	5.550.207	(1.014.851)	-	-	-
Naveprinter	2.376.317	-	(3.270.655)	-	-	-
Grafedisport	851.607	-	-	500.000	694.101	4.343
	<u>4.654.526</u>	<u>5.550.207</u>	<u>(4.285.506)</u>	<u>500.000</u>	<u>694.101</u>	<u>4.343</u>

	2004						
	Contas a receber		Contas a pagar	Empréstimos de financiamento	Compras de existências	Fornecimentos e serviços externos	Outros proveitos operacionais
	Corrente (Nota 16)	Não Corrente (Nota 13)	(Nota 23)	(Nota 12)		Vendas	
Gestprint	1.041.961	5.051.609	(1.026.129)	-	-	904.608	-
Naveprinter	2.376.317	-	(2.309.838)	-	-	-	26.891
Grafedisport	803.093	-	(127.748)	500.000	97.572	11.084	680.573
	<u>4.221.371</u>	<u>5.051.609</u>	<u>(3.463.715)</u>	<u>500.000</u>	<u>97.572</u>	<u>915.692</u>	<u>707.744</u>

## 26. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tinha prestado diversas garantias, nomeadamente garantias bancárias a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Garantia bancária – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	4.438.690
Garantia bancária – Direcção Geral de Impostos (a)	3.226.785
Garantia bancária – IAPMEI (a)	1.005.840
Companhia IBM Portuguesa (b)	69.018
Tribunal Civil de Lisboa (c)	29.748
Santa Casa da Misericórdia (d)	149.639
	-----
	8.919.720
	=====

- (a) Garantia bancária prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).
- (b) Garantia bancária prestada no âmbito do fornecimento de equipamentos informáticos.
- (c) Garantia bancária para pagamento de despesas judiciais referentes ao processo nº 3768 com o PÚBLICO, que terminou em 2004.
- (d) Garantia bancária prestada no âmbito da continuidade das operações relativos à impressão de boletins.

Em 31 de Dezembro de 2005, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 5.450.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

## 27. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram como segue:

Conselho de Administração	193.783
Conselho Fiscal	24.600
	-----
	218.383
	=====

## 28. RESULTADO POR ACÇÃO

O cálculo efectuado no apuramento do resultado por acção básico e diluído, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é baseado na seguinte informação:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Número médio de acções	4.000.000	40.000.000
Acções próprias	<u>(52.213)</u>	<u>(52.213)</u>
	<u>3.947.787</u>	<u>39.947.787</u>

### Resultados

Resultados para cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	(1.205.845)	2.282.098
Resultado de operações em descontinuação	-	1.097.771
	<u>(1.205.845)</u>	<u>1.184.327</u>

Resultados para cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>(1.205.845)</u>	<u>1.184.327</u>
--	--------------------	------------------

### Resultados por acção:

Básico	-	0,0571
Diluído	-	0,0296

29. RESULTADOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO E ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos classificados como detidos para venda em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 podem ser detalhados como segue:

	2005	2004
Investimentos em associadas (a)	223.099	221.898
Existências (b)	-	726.826
	<u>223.099</u>	<u>948.724</u>

(a) Este activo detido para venda é referente à participação detida na empresa associada Naveprinter, a qual, em 31 de Dezembro de 2005 se detalha da seguinte forma:

Denominação	Sede	Activo total	Proveitos totais	Capital próprio	Resultado do exercício	Percentagem efectiva do Grupo	Valores de balanço
Empresas associadas: Naveprinter	Maia	25.862.665	10.551.872	8.280.087	322.762	9,03%	<u>223.099</u>

(b) Em 31 de Dezembro de 2004 existiam equipamentos de impressão cuja finalidade da sua aquisição nesse ano foi o de alienação futura, a qual se concretizou durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Os resultados das operações em descontinuação que foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram como segue:

	2005	2004
Indemnizações por sinistros	<u>-</u>	<u>1.097.771</u>

Os resultados das operações em descontinuação incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são referentes aos activos tangíveis danificados num incêndio ocorrido nas instalações da Empresa em 20 de Janeiro de 2004, que naquela data apresentavam um valor líquido contabilístico de 3.402.229 Euros, tendo a Empresa recebido uma indemnização de 4.500.000 Euros.

30. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCIERO (IFRS)

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras em resultado da conversão para IFRS são como segue:

Ajustamentos:

- Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento:

De acordo com os IFRS, as despesas de instalação são reconhecidas directamente em resultados no momento em que são incorridas. De acordo com o POC, as despesas de instalação são inicialmente reconhecidas como um activo incorpóreo e amortizadas linearmente por resultados.

- Contas a receber:

A Lisgráfica tem contas a receber a médio e longo prazo que não vencem juros. De acordo com os IAS/IFRS, os activos financeiros a médio e longo prazo que não vençam juros, devem ser registados ao valor descontado dos *cash flows* futuros. Assim, à data da transição, foi reconhecida uma redução dos activos por contrapartida de resultados transitados, pelo valor da diferença entre o valor presente dos valores a liquidar e a receber a médio e longo prazo e o valor contabilístico registado em POC. Durante os períodos subsequentes, será feita a actualização do valor presente das dívidas a receber a médio e longo prazo e a variação será registada como um custo líquido de financiamento na demonstração dos resultados.

Reclassificações:

- Diversas naturezas de itens, anteriormente registadas em custos diferidos e acréscimos de custos são reclassificadas para outras rubricas de activos e passivos;
- Reclassificação dos custos e proveitos financeiros e extraordinários para outras rubricas da demonstração dos resultados;
- Os activos detidos para venda e operações em descontinuação são evidenciados em rubrica autónoma.

O efeito no Balanço em 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações reexpressas em conformidade com as IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2005, pode ser detalhado como segue:

ACTIVO	31 de Dezembro de 2004		
	POC	Ajustamentos de conversão	IFRS
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Activos intangíveis	252	(252)	-
Activos tangíveis	42.251.932	-	42.251.932
Investimentos em associadas	2.294.187	(221.898)	2.072.289
Outros activos não correntes	5.655.831	6.946.293	12.602.124
Activos detidos para venda	-	948.724	948.724
Impostos diferidos activos	-	-	-
	<b>50.202.202</b>	<b>7.672.867</b>	<b>57.875.069</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Existências	1.709.255	160.599	1.869.854
Clientes e contas a receber	15.631.510	(261.063)	15.370.447
Outros activos correntes	15.102.110	(3.951.362)	11.150.748
Caixa e seus equivalentes	5.684.619	(4.079.456)	1.605.163
	<b>38.127.494</b>	<b>(8.131.282)</b>	<b>29.996.212</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>88.329.696</b>	<b>(458.415)</b>	<b>87.871.281</b>

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	31 de Dezembro de 2004		
	POC	Ajustamentos de conversão	IFRS
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital atribuível a accionistas			
Capital	20.000.000	-	20.000.000
Acções próprias	(474.121)	-	(474.121)
Diferenças de consolidação	7.196.951	(7.129.728)	67.223
Reservas	1.306.467	-	1.306.467
Resultados transitados	(18.905.723)	6.418.130	(12.487.593)
Resultado líquido do exercício	2.028.915	253.183	2.282.098
Total do capital próprio	11.152.489	(458.415)	10.694.074
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos obtidos	22.073.858	(3.595.055)	18.478.803
Fornecedores e contas a pagar	-	9.763.537	9.763.537
Provisões	1.117.180	-	1.117.180
Outros passivos não correntes	17.337.397	(9.763.537)	7.573.860
Impostos diferidos passivos	-	-	-
	40.528.435	(3.595.055)	36.933.380
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Empréstimos obtidos	6.219.262	6.390.263	12.609.525
Fornecedores e contas a pagar	16.268.882	1.269.535	17.538.417
Outros passivos correntes	14.160.628	(4.064.743)	10.095.885
	36.648.772	3.595.055	40.243.827
Total do passivo	77.177.207	-	77.177.207
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>88.329.696</b>	<b>(458.415)</b>	<b>87.871.281</b>

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

No final do primeiro trimestre de 2006, a Lisgráfica alienou a participação financeira detida na Gafedisport à Cofihold, bem como os créditos relativos às prestações acessórias efectuadas, por um valor global de 2.000.000 Euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2005	2004
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>			
Recebimentos de clientes		38.866.699	38.258.663
Pagamentos a fornecedores		(20.620.191)	(21.806.990)
Pagamentos ao pessoal		(6.421.071)	(5.796.469)
Fluxos gerados pelas operações		11.825.437	10.655.204
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(178.451)	(128.852)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(5.615.011)	(7.268.185)
Fluxos das actividades operacionais (1)		6.031.975	3.258.167
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.324.699	2.625.700
Vendas de activos tangíveis		5.384	33.819.292
Juros e proveitos similares		7.528	9.964
		1.337.611	36.454.956
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(678.219)	(2.269.001)
Activos tangíveis		(1.420.409)	(3.565.556)
		(2.098.628)	(5.834.557)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(761.017)	30.620.399
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos		55.798.214	99.601.415
		55.798.214	99.601.415
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(57.703.697)	(120.104.340)
Amortizações de contratos de locação financeira		(2.632.336)	(8.609.512)
Juros e custos similares		(1.815.610)	(3.583.199)
		(62.151.643)	(132.297.051)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(6.353.429)	(32.695.636)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1.082.471)	1.182.930
Efeito das diferenças de câmbio		-	(25)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	17	1.273.493	90.588
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	17	191.022	1.273.493

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Aos Accionistas de  
Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A**

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de **2005**.
2. Acompanhámos a actividade da empresa e das suas filiais e associadas durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas que, em consequência, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. No âmbito das nossas funções, verificámos ainda que as Demonstrações Financeiras Consolidadas permitem uma adequada compreensão da posição financeira da empresa e das suas filiais e do seu desempenho global, e que o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e suas filiais incluídas na consolidação.
5. Em face do exposto, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e o conteúdo do Relatório Anual de Fiscalização e da Certificação Legal das Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
  - O Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em apreço.

Queluz de Baixo, 9 de Maio de 2006

Dr. António de Almeida  
Presidente

Eng.<sup>o</sup> Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC  
representada por  
Óscar José Alçada da Quinta  
(Insc. n.<sup>o</sup> 731)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de **2005** ( que evidencia um total de **79.883.826** euros e um total de capital próprio de **9.488.230** euros, incluindo um resultado líquido **negativo** de **1.205.844** euros ), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Reserva

7. Em 31 de Dezembro de 2005, a Sociedade mantém nas suas contas valores a receber, essencialmente de empresas relacionadas, de aproximadamente, 10.600.000 euros. Considerando que a recuperabilidade destes valores depende, nomeadamente, do desempenho económico futuro das operações dessas empresas, não dispomos de informação que nos habilite a uma avaliação fundamentada do valor de realização daqueles mesmos créditos.

### Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do ajustamento que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.** em 31 de Dezembro de **2005**, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 9 de Maio de 2006

Óscar José Alçada da Quinta  
(Insc. n.º 731)

## RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

### **Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 79.883.826 Euros e capitais próprios de 9.488.230 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 1.205.844 Euros, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada de alteração no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reserva

5. O balanço em 31 de Dezembro de 2005 inclui contas a receber de terceiros, essencialmente de empresas relacionadas de, aproximadamente, 10.600.000 Euros, cuja cobrança depende do sucesso futuro das operações dessas empresas e do apoio financeiro dos seus accionistas. A esta data e com a informação actualmente disponível, não nos é possível concluir quanto ao momento e respectivo valor de realização.

## Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfases

7. Conforme divulgado na nota 2.1. do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa adoptou pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas, as IAS/IFRS tal como adoptadas na União Europeia. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira consolidada reportada àquela data e ao exercício de 2004, foi também apresentada de acordo com as IAS/IFRS, para efeitos de comparabilidade. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foi seguida a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, e incluíram-se na nota 30 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as IAS/IFRS, tal como adoptadas na União Europeia.
8. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora em 31 de Dezembro de 2005 estas evidenciem resultados transitados negativos de 10.155.692 Euros, o que face ao valor do capital determina a aplicação das disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Tal como referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras, que em seu entender permitirão a continuidade das operações. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa, o momento e realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, no decurso normal das operações, dependem do sucesso futuro destas e do apoio financeiro dos seus accionistas.

Lisboa, 3 de Abril de 2006

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

**Extracto da Acta nº 59 da Assembleia Geral Anual da  
LISGRÁFICA, realizada às 12H00 do dia 30 de Maio de 2006**

Devidamente convocada, a Assembleia Geral foi presidida pelo vice-presidente, Sr. Arqº João Manuel Pinto de Ruella Ramos, devido à ausência do presidente, Sr. Dr. João António Morais Leitão, recentemente falecido, registou a presença de 74,13% da totalidade das acções com direito a voto, e teve o seu início com declarações diversas sobre a figura do Sr. Dr. João Morais Leitão, incluindo a votação unânime de um voto de pesar pelo seu precoce desaparecimento. Em seguida, a Assembleia aprovou por unanimidade as contas individuais da Empresa, e os restantes documentos de prestação de contas, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como a proposta de aplicação de resultados, tudo referente ao Exercício de 2005, e que se transcreve:

*“Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2005, no montante de Euro (1.410.436) (Um milhão, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e trinta e seis euros), tenha a seguinte aplicação:*

1. – *“Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo”.*

Foi depois aprovado o relatório de gestão bem como as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao mesmo Exercício de 2005.

A Assembleia aprovou, de seguida, um voto de louvor aos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade pela actividade exercida neste ano em apreço e de confiança aos mesmos membros na sua actividade futura.

No ponto seguinte, a Assembleia procedeu ao preenchimento da vaga de presidente da mesa da Assembleia Geral, aprovando por unanimidade a eleição para o cargo do Sr. Dr. António Brás Monteiro, que tomou imediatamente posse.

Finalmente, no que se refere à situação do capital social, que está abrangido pelo artigo 35º do CSC, foi apresentada a proposta do Conselho de Administração, que se transcreve, ficando ainda entendido que nos meses antecedendo o termo do exercício de 2006 se terá já uma visão mais precisa do que serão as contas relativas a 31 de Dezembro, e que então se tomará uma decisão, se fôr caso disso e com a brevidade possível:

“Apesar das medidas empreendidas pela Gestão, as Contas do exercício de 2005 mostram que os Capitais Próprios, com uma extensão de 9,742 milhões de euros, se situam abaixo de metade do capital social de 20 milhões de euros. Por isso, quer no Relatório de Gestão, na sua parte final, quer na alínea 6) da convocatória da Assembleia Geral, se refere e levanta a questão, propondo que os Senhores Accionistas considerem a situação à luz da lei, designadamente tendo em conta as alíneas a), b) e c) do artigo 35º do CSC, com a redacção do Dec. Lei nº 19/2005 de 18 de Janeiro.

A Gestão está convencida de que esta situação, em que há uma diferença muito reduzida para a metade do capital social, terá uma nova face no termo do exercício, pelo que o signatário propõe que, para além das medidas consignadas no atrás referido artigo (que lhe parecem, qualquer delas, excessivas para o caso presente), os Senhores Accionistas deverão equacionar a hipótese de manter tudo como está até ao termo do exercício de 2006”.

A proposta foi aprovada por unanimidade.